

# Diário da Assembléia

Nº 2.487/2.488

CURITIBA, 26 e 29 DE JUNHO DE 1970

ANO IX

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### 4.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### LISTA DE PRESENÇA

FRANCISCO ESCORSIN  
ARTHUR DE SOUZA  
DAVID FEDERMANN  
GABRIEL MANOEL  
HAROLDO BIANCHI  
OLÍVIO BELICH  
LEOPOLDO JACOMEL  
ABRAHÃO MIGUEL  
AGNALDO PEREIRA LIMA  
ALENCAR FURTADO  
AMADEU PUPPI  
ANTONIO LOPES JÚNIOR  
ARMANDO QUEIROZ  
ARNALDO BUSATO  
EMÍLIO CARAZZAI  
ERONDY SILVEIRO  
EURICO ROSAS  
FABIANO BRAGA CORTES  
FUAD NACLI  
IGO LOSSO  
IVO TOMAZONI  
JOÃO MANSUR  
JORGE SATO  
LUIZ CRUZ  
LUIZ MALUCELLI  
NELSON BUFFARA  
OLAVO FERREIRA  
OLIVIR GABARDO  
OVIDIO FRANZONI  
PAULO CAMARGO  
PAULO POLI  
PINTO DIAS  
ROBERTO GALVANI  
ROBERTO WYPYCH  
SEME SCAFF  
SÍLVIO BARROS  
TÁLIO VARGAS  
WILSON FORTES

#### COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente: Francisco Escorsin.

1.º Vice-Presidente: Arthur de Souza. 2.º Vice-Presidente: David Federmann. 1.º Secretário: Gabriel Manoel. 2.º Secretário: Haroldo Bianchi. 3.º Secretário: Olívio Belich. 4.º Secretário: Leopoldo Jacomel.

#### COMISSÃO TÉCNICA

PRESIDENTE: Emílio Carazzai (ARENA)  
VICE-PRESIDENTE: Alencar Furtado (M.D.B.)  
ARENA: Ivo Thomazoni — Arnaldo Busato — Paulo Poli — Abrahão Miguel — Paulo Camargo — Armando Queiroz — Luiz Renato Malucelli — Tálvio Vargas  
M.D.B.: Nelson Buffara  
Suplentes:

ARENA: Antônio Lopes Júnior — Olavo Ferreira — João Mansur — Pinto Dias — Luiz Cruz — Wilson Fortes — Ovidio Franzoni — Roberto Galvani — Fabiano Braga Cortes — Amadeu Puppi  
M.D.B.: Olivir Gabardo — Sílvio Barros  
Secretário: Maria Amália Cesar Cercal de Oliveira  
Reuniões: Quartas-feiras

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Roberto Galvani (ARENA)  
VICE-PRESIDENTE: Sílvio Barros (M.D.B.)  
ARENA: Ovidio Franzoni — João Mansur — Paulo Poli — Roberto Wypych — Wilson Fortes

#### Suplentes:

ARENA: Antônio Lopes Júnior — Seme Scaff — Pinto Dias — Ivo Thomazoni — Luiz Cruz — Igo Losso — Amadeu Puppi  
M.D.B.: Alencar Furtado  
Secretário: Lélcio Guimarães Soto-Maior  
Reuniões: Quintas-feiras

#### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli (ARENA)  
VICE-PRESIDENTE: Olivir Gabardo (M.D.B.)  
ARENA: Abrahão Miguel — Seme Scaff — Aguinaldo Pereira Lima  
Suplentes:  
ARENA: Wilson Fortes — Luiz Cruz — Roberto Galvani — Ovidio Franzoni  
M.D.B.: Sílvio Barros  
Secretário: José do Canto Filho  
Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

#### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PRESIDENTE: Abrahão Miguel (ARENA)  
VICE-PRESIDENTE: Sílvio Barros (M.D.B.)  
ARENA: Jorge Sato — Fuad Nacli — Roberto Galvani — Luiz Renato Malucelli — Roberto Wypych

#### Suplentes:

ARENA: Ovidio Franzoni — Aguinaldo Pereira Lima — Luis Cruz — Pinto Dias — Antônio Lopes Júnior — João Mansur — Fabiano Braga Cortes

M.D.B.: Nelson Buffara

Secretário: Elcy Silva Batista

Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Ivo Thomazoni (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Sílvio Barros (M.D.B.)

ARENA: Roberto Galvani — Olavo Ferreira — Aguinaldo Pereira Lima

#### Suplentes:

ARENA: Fabiano Braga Cortes — Igo Losso — João Mansur — Ovidio Franzoni

M.D.B.: Olivir Gabardo

Secretário: Antônio Lacerda Braga Neto

Reuniões: Terças e Sextas-feiras

#### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: Olavo Ferreira (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Igo Losso (ARENA)

ARENA: Fabiano Braga Cortes — Seme Scaff

M.D.B.: Alencar Furtado

#### Suplentes:

ARENA: Luis Renato Malucelli — Jorge Sato — Tálvio Vargas — Armando Queiroz — Fuad Nacli

M.D.B.: Olivir Gabardo

Secretário: Gilberto Felix de Silva

Reuniões: Terças-feiras

#### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Ovidio Franzoni (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Eurico Rosas (M.D.B.)

ARENA: Arnaldo Busato — Amadeu Puppi — Paulo Camargo

#### Suplentes:

ARENA: Emílio Carazzai — Igo Losso — Seme Scaff — Fabiano Braga Cortes

M.D.B.: Olivir Gabardo

Secretário: Lóris Cordelro de Barros

Reuniões: Segundas-feiras

#### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Igo Losso (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Aguinaldo Pereira Lima (ARENA)

ARENA: Luiz Renato Malucelli — Fabiano Braga Cortes

M.D.B.: Nelson Buffara

#### Suplentes:

ARENA: Abrahão Miguel — Emílio Carazzai — Luis Cruz — Wilson Fortes

M.D.B.: Eurico Rosas

Secretário: Ivo Gussó

Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESIDENTE: Olavo Ferreira (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Alencar Furtado (M.D.B.)

ARENA: Igo Losso — Luiz Cruz — Roberto Wypych

#### Suplentes:

ARENA: Luiz Renato Malucelli — Antônio Lopes Júnior — Abrahão Miguel

Seme Scaff — Amadeu Puppi

M.D.B.: Sílvio Barros

Secretário: Key Rodrigues

Reuniões: Quintas-feiras

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Aguinaldo Pereira Lima (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Ivo Thomazoni (ARENA)

ARENA: Fabiano Braga Cortes

M.D.B.: Eurico Rosas

#### Suplentes:

ARENA: Igo Losso — Olavo Ferreira — Luiz Renato Malucelli — Antônio

Lopes Júnior

M.D.B.: Nelson Buffara

Secretário: Roberto Diniz Satyre

Reuniões: Terças-feiras

#### COMISSÃO DE POLÍCIA

PRESIDENTE: João Mansur (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Nelson Buffara (M.D.B.)

ARENA: Seme Scaff — Pinto Dias — Roberto Galvani

#### Suplentes:

ARENA: Luiz Cruz — Paulo Camargo — Luiz Renato Malucelli — Igo

Lossó

M.D.B.: Eurico Rosas

Secretário: Carmen Aparecida Fregonese

Reuniões: Segundas-feiras

#### COMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: Luiz Renato Malucelli (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Seme Scaff (ARENA)

ARENA: Wilson Fortes — Pinto Dias

M.D.B.: Nelson Buffara

#### Suplentes:

ARENA: João Mansur — Luiz Cruz — Fabiano Braga Cortes — Arnaldo

Busato Olavo Ferreira

M.D.B.: Eurico Rosas

Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

Secretário: Maria Stella M. A. Gurgel

# 4.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura Ata da 80.ª Sessão Ordinária Realizada em 26 de junho de 1970

Presidência do sr. deputado Francisco Escorsin, secretariado pelos srs. deputados Jorge Sato e Ovidio Franzoni.

As 10h00 horas é verificada a presença dos seguintes srs. deputados: Francisco Escorsin, Arthur de Souza, Gabriel Manoel, Haroldo Bianchi, Ovídio Belich, Leopoldo Jacomet, Agnaldo Pereira Lima, Alencar Furtado, Amadeu Puppi, Armando Queiroz, Abraão Miguel, Arnaldo Busato, Emílio Carraszi, Erondy Silvério, Eurico Rossa, Fabiano Braga Côrtes, Fuad Naciri, Igo Losso, Ivo Tomazoni, João Mansur, Jorge Sato, Luiz Cruz, Luiz Malucelli, Nelson Buffara, Olavo Ferreira, Olivir Gabardo, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Roberto Galvani, Roberto Wypych, Seane Scaff e Silvio Barros (34); achando-se ausentes os seguintes srs. deputados: David Federmann, Antônio Lopes Júnior, Tílio Vargas e Wilson Fortes (4).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETARIO — comunica que não há EXPEDIENTE

a ser lido.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao sr. deputado Olavo Ferreira.

O SR. OLAVO FERREIRA — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Desejo, nesta oportunidade, registrar, com satisfação, a notícia publicada ontem, na "Folha de Londrina", diz o seguinte: (Lendo): Uma Boa Medida: Os Estados e municípios que não estiverem em dia com o pagamento dos professores, a partir de 1.971, não receberão suas quotas de participação no Imposto de Renda e no Imposto Sobre Produtos Industrializados. Esta medida está prevista num projeto de decreto-lei encaminhado à Presidência da República pelo ministro Jarbas Passarinho, sobre o Movimento Brasileiro de Alfabetização.

Diz o projeto: (Lendo) "A partir do primeiro semestre de 1971, o Ministério da Fazenda só liberará a quota de participação no Imposto de Renda e no Imposto Sobre Produtos Industrializados aos Estados e Municípios que satisfizerem a cada uma das seguintes condições: a) pagamento pontual dos professores primários; b) rigorosa observância dos mínimos salariais para professores primários, de acordo com as determinações do Ministério da Educação e Cultura, para cada região; c) execução pontual dos programas de ampliação da rede primária de ensino e da rede de alfabetização de adolescentes e adultos, na faixa até 34 anos, aprovados pelo Ministério de Planejamento e Coordenação Geral e do Ministério da Educação e Cultura; d) destinação de pelo menos 20% das quotas de participação recebidas ao ensino primário".

Sr. Presidente, é com grande satisfação que tomamos conhecimento dessa medida que será, de imediato, tomada pelo Governo Federal a fim de acabar com os abusos de muitos Estados que não pagam com deveriam pagar aos professores nem menos o salário mínimo, e essa medida será adotada também com referência aos municípios.

Essa medida drástica está sendo tomada pelo Governo Federal para corrigir um erro que muitos Estados e Municípios cometem com o Magistério Primário.

Fica, portanto, a nossa satisfação por essa medida enérgica que o Governo Federal está tomando para evitar abusos dos poderes estaduais e municipais.

Felizmente, isso não ocorre em nosso Estado, por enquanto, nem no município que representamos.

Era só, sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais quem queira fazer uso do Expediente, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA

com a presença de 34 srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados:

Redação Final — do Projeto de Lei n. 40-70, autorizando o Poder Executivo a mandar erigir na Capital do Estado, na praça fronteira do edifício do Tribunal de Contas, o busto do Desembargador Antônio Franco Ferreira da Costa. — Aprovado.

## REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 40-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a mandar erigir em Curitiba, Capital do Estado do Paraná, na praça fronteira ao edifício do Tribunal de Justiça, no Centro Cívico, o busto do Desembargador Antônio Franco Ferreira da Costa.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em...

(ss) Ivo Tomazoni — Presidente

Roberto Galvani — Relator

Fabiano Braga Côrtes

Redação Final — do Projeto de Lei n. 96-70, encaminhando anteprojeto de lei que fixa em Cr\$ 3.000,00, os vencimentos dos cargos de Secretário de Estado, dos Chefes da Casa Civil e Militar do Gabinete do Governador e do Consultor Geral do Estado. — Aprovado.

## REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 96-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1.º — Ficam fixados em Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros), os vencimentos dos cargos de Secretários de Estado, de Chefes da Casa Civil e

Chefe da Casa Militar do Gabinete do Governador e do Consultor Geral do Estado

Art. 2.º — O Chefe da Casa Civil do Gabinete do Governador terá as mesmas prerrogativas e direitos atribuídos aos Secretários de Estado.

Art. 3.º — As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta da dotação própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 4.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em...

(ss) Ivo Tomazoni — Presidente

Roberto Galvani — Relator

3.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 96-70, de autoria do dep. Erondy Silvério, estabelecendo sistema de remuneração ao Pessoal dos Serviços Fisco-Arrecadores do Estado e das outras providências. Pareceres contrário da C.C.J. e favorável da C.F. — com Emendas de 2.ª Discussão. Em discussão o projeto, ressalvadas as emendas. Encerrada a discussão.

Em discussão a emenda n. 1, subscrita pelo sr. deputado Erondy Silvério. Encerrada a discussão.

Em discussão a emenda n. 2, subscrita pelo sr. Erondy Silvério. Encerrada a discussão.

Em discussão a emenda n. 3, subscrita pelo sr. deputado Armando Queiroz de Moraes. Encerrada a discussão.

Em votação o projeto. — Aprovado.

Em votação a emenda n. 1 de autoria do sr. deputado Erondy Silvério. — Aprovada.

Em votação a emenda n. 2 de autoria do sr. deputado Erondy Silvério. — Aprovada.

Em votação a emenda n. 3 de autoria do sr. deputado Armando Queiroz de Moraes.

O SR. JOÃO MANSUR — (Pela ordem). Sr. Presidente, desejo fazer uma declaração de voto.

Sr. Presidente, voto pela rejeição da emenda.

O SR. PRESIDENTE — Aprovada a emenda n. 3.

O SR. ERONDY SILVERIO — (Pela ordem). Sr. Presidente, esta emenda foi rejeitada. Roqueiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — Em votação a emenda n. 4. — Rejeitada a emenda.

O SR. OLIVIR GABARDO — (Pela ordem). Sr. Presidente solicito a V. Exa. que faça constar na Ata da presente sessão que este projeto foi aprovado pela unanimidade, desta Casa.

Ainda que observássemos alguns vícios de origem neste projeto, o consideramos de alta relevância a sua aprovação não apenas pelas implicações de ordem administrativa do fisco arrecadados, como porque o funcionalismo público, em geral, está necessitando de melhoria de condições. Esta foi uma forma de, neste setor, aprovando este projeto, atender esta necessidade de melhoria de vencimentos.

Gostaria, portanto que V. Exa., sr. Presidente, determinasse que na Ata conste que este projeto foi aprovado por unanimidade. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE —

3.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 20-68, de autoria do ex-deputado Jacinto Simões, apresentado em 2-1-68, que cria o Colégio Agrícola de Santo Antonio do Sudoeste, para funcionar no ano de 1.969. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.I.P. e C.F. — com Substitutivo. — Aprovado pelo substitutivo.

3.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 449-68, de autoria do ex-dep. Aníbal Khury, apresentado em 10-12-68, que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual em Cafelândia, Município de Cascavel, para funcionar no ano de 1.969, e das outras providências. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.I.P. e C.F. com Substitutivo Geral. — Aprovado pelo substitutivo.

3.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 635-67, de autoria do ex-dep. Jacinto Simões, apresentado em 29-11-67, que cria o Colégio Estadual, na sede do Município de Barracão, para funcionar no ano letivo de 1970. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.I.P. e C.F. — Aprovado.

3.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 24-70, de autoria do dep. Erondy Silvério, que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial de Cr\$ 100.000,00, destinado a auxiliar a Empresa Paranaense de Turismo — PARANATUR. — Parecer favorável da C.C.J. e C.F. — Em Regime de Urgência. — Aprovado.

1.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 38-70 — Mensagem Governamental n. 11-70, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre abertura de crédito especial no valor de Cr\$ 3.435.504,00, à Secretaria de Educação e Cultura para instalação e funcionamento da Fundação Teatro Guaíra. — Parecer favorável da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

## PROJETO DE LEI N. 38-70

## MENSAGEM GOVERNAMENTAL N. 11-70

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial no valor de NCr\$ 3.435.504,00 (três milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil, quinhentos e quatro cruzeiros) à Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, destinado a atender despesas com a instalação e o funcionamento da Fundação Teatro Guaíra — F.T.G., criada pela Lei n. 6.049, de 3 de Dezembro de 1.969.

Art. 2.º — Como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, conforme prescreve o art. 43, § 1.º, item III, da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1.964, fica o Poder Executivo autorizado a cancelar igual importância, nos Programas e Unidades Executoras conforme a discriminação abaixo:

ORGAO PRINCIPAL: SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA EDUCAÇÃO E CULTURA

PROGRAMA: ENSINO E CULTURA ARTISTICA

UNIDADE EXECUTORA n. 1 — TEATRO GUAÍRA

DOTAÇÃO: 70 — 6.5 — 50 — 05 — 0

Código Especificação da Despesa Dotação da Unidade Executora n. 1

3.0.0.0 — DESPESAS CORRENTE 2.401.497

3.1.0.0 — DESPESAS DE CUSTEIO 1.983.760



3.1.1.0 — PESSOAL	875.760
3.1.1.1 — PESSOAL CIVIL	875.760
01 — Vencimentos e Vantagens Fixas	563.310
02 — Despesas Variáveis com o Pessoal Civil	212.450
3.1.2.0 — MATERIAL DE CONSUMO	68.000
3.1.3.0 — SERVIÇOS DE TERCEIROS	580.000
3.1.4.0 — ENCARGOS DIVERSOS	480.000
3.2.0.0 — TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	417.737
3.2.1.0 — SUBVENÇÕES SOCIAIS	360.000
3.2.3.0 — TRANSFERÊNCIAS DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL	28.260
3.2.3.3 — SALÁRIO FAMÍLIA	28.260
3.2.5.0 — CONTRIBUIÇÕES DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	29.477
3.2.5.2 — OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	29.477
4.0.0.0 — DESPESAS DE CAPITAL	88.000
4.1.0.0 — INVESTIMENTOS	88.000
4.1.3.0 — EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES	39.000
4.1.4.0 — MATERIAL PERMANENTE	49.000
Sub Total	2.489.497

ÓRGÃO PRINCIPAL: SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA EDUCAÇÃO E CULTURA

PROGRAMA: APOIO TÉCNICO E FINANCEIRO À EDUCAÇÃO E CULTURA  
UNIDADE DE EXECUÇÃO DELEGADA: FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO ESTADO DO PARANÁ-FUNDEPAR  
DOTAÇÃO 70 — 6.9 — 50 — 10 — 0

Código	Especificação da Despesa	Dotação da Unidade Executora
3.0.0.0 —	DESPESAS CORRENTE	
3.2.0.0 —	TRANSFERÊNCIA CORRENTES	
3.2.7.0 —	DIVERSAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	546.007
4.0.0.0 —	DESPESAS DA CAPITAL	
4.3.0.0 —	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	
4.3.3.0 —	AUXÍLIOS PARA OBRAS PÚBLICAS	400.000
	Sob Total	946.007
	TOTAL GERAL	3.435.504

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 38-70

O Poder Executivo solicita autorização para abrir crédito especial de R\$ 3.435.504,00 (três milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil, quinhentos e quatro cruzeiros novos), à Secretaria da Educação e Cultura, destinado ao atendimento com a instalação e funcionamento da Fundação Teatro Guaíra, criada pela Lei n.º 6.049, de 3 de dezembro de 1.969.

Tal proposta decorre da necessidade de se utilizar de dotações consignadas no orçamento em vigor à ex-Superintendência do Teatro Guaíra, dotações essas que, nos termos da Lei 4.320, de 14 de março de 1.964, serão canceladas em contrapartida.

A Constituição não veda a referida operação orçamentária, por isso que a Lei 4.320 de 14 de março de 1.964, estabelece as condições permissivas para tanto.

Assim sendo, opino pela Aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 5 de maio de 1970

(aa) Emílio Carazzai — Presidente

Armando Queiroz — Relator

Luiz Renato Malucelli — Ivo Tomazoni — Paulo Poli

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 38-70

O presente anteprojeto de Lei, oriundo de Mensagem Governamental n.º 11-70, visa a abertura de crédito especial, no valor de R\$ 3.435.504,00 (três milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil e quinhentos e quatro cruzeiros novos), destinado a atender as despesas de instalação e funcionamento da Fundação Teatro Guaíra, tudo de conformidade com o que dispõe a Lei n.º 6.049, de 3 de dezembro de 1.969.

Na exposição de motivos que acompanha o plano de Lei, e de acordo com a Lei Federal n.º 4.420, de 14 de março de 1.964, há necessidade de se estabelecer normas para que a iniciativa da Lei tenha cunho legal.

Assim sendo, nada temos a opor, e nosso parecer é pela Aprovação.

Sala das Comissões, em 19 de Maio de 1970

(aa) Roberto Galvani — Presidente

Ovídio Franzoni — Relator

#### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 38-70

1 — O Poder Executivo solicita autorização para abrir crédito especial à Secretaria de Educação e Cultura, destinado ao atendimento com a instalação e funcionamento da Fundação Teatro Guaíra.

2 — O Projeto teve parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça.

3 — Nada temos a opor a essa iniciativa.

Sala das Comissões, em... de junho de 1970

(aa) Olavo Ferreira — Presidente

Alencar Furtado — Relator

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 36-69, de autoria do ex-dep. Miguel Diniz, apresentado em 24.4.69, autorizando o Poder Executivo criar na sede do Distrito Administrativo e Judiciário de Monte Real, no Município de Santo Antônio da Platina, um Ginásio para funcionar a partir de 1.970. — Pareceres CONTRÁRIOS da C.C.J., C.I.P. e C.F. — Rejeitado.

#### PROJETO DE LEI N.º 36-69

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Ginásio na Sede do distrito administrativo e judiciário de MONTE REAL, no município e comarca de Santo Antônio da Platina.

Art. 2.º — O Ginásio a ser criado deverá funcionar no Grupo Escolar da mesma Distrito a partir de 1970.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de Abril de 1969.

(a) Miguel Diniz

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER ao Projeto de Lei n.º 36-69

1. O presente plano de lei de autoria do ilustre deputado Miguel Diniz, visa a criação de um ginásio na sede do distrito de Monte Real, no Município de Santo Antônio da Platina.

A Comissão de Justiça chamada a opinar sobre projetos de leis de igual natureza, tem emitido pareceres ora favoráveis ora contrários.

Todavia nos parece que a Comissão de Justiça, como órgão técnico deve ater-se primordialmente a constitucionalidade e legalidade da matéria, não devendo pois razões de mérito e políticas constituir fundamentos básicos para a conclusão dos seus pareceres.

2. No caso presente, ainda que relevante o mérito da matéria o projeto ilegal face a que dispõe o artigo 30 da Lei n.º 4.978 de 5.12.64 (Sistema Estadual de Ensino).

Diz o referido artigo que:

“Os estabelecimentos oficiais de ensino de grau primário e médio a serem mantidos pelo Estado do Paraná, serão criados por decreto do Poder Executivo por proposta da Secretaria de Educação e Cultura”.

O Egrégio Conselho Estadual de Educação, respondendo a uma consulta desta Comissão sobre o assunto, ofereceu excelente estudo interpretativo do referido artigo esclarecendo as razões de ordem sistemática e de planejamento to que o mesmo encerra.

Em tais condições opinamos pela rejeição do presente plano de lei.

Sala das Comissões, em 18 de junho de 1969.

(aa) Emílio Carazzai — Presidente, Olvírio Gabardo — Relator

#### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER ao Projeto de Lei n.º 36-69

I — O Autor do Projeto em tela, ex-deputado Miguel Diniz, autoriza o Poder Executivo, a criar na sede do Distrito Administrativo e Judiciário de Monte Real, no Município de Santo Antônio da Platina, um Ginásio, para funcionamento a partir do ano de 1970.

II — O referido Projeto de Lei, foi encaminhado ao Conselho Estadual de Educação, e dentre seus considerandos, acrescenta que o Distrito de Monte Real, situado no Município de Santo Antônio da Platina, já goza de vantagem de participar da vida de um centro que é, talvez, o que apresenta melhor situação de ensino no Norte do Paraná.

III — Do exposto, opinamos pela Rejeição do Projeto em tela.

E o Parecer.

Sala das Comissões, em 5 de Maio de 1970.

(aa) Olavo Ferreira, Presidente — Fabiano Braga Côrtes, Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER ao Projeto de Lei n.º 36-69.

Por deliberação da Comissão de Constituição e Justiça o presente projeto foi convertido em diligência, junto ao Conselho Estadual de Educação, através da Secretaria de Educação e Cultura. Em seu relatório o Conselho se manifestou contrariamente a proposição, baseado no que dispõe o art. 30 do Sistema Estadual de Ensino. Razão pela qual, somos também pela rejeição.

Parecer CONTRÁRIO.

Sala das Comissões, em 3 de junho de 1970.

(aa) Roberto Galvani — Presidente

João Mansur — Relator

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 82-70, de autoria do dep. Erondy Silvério, declarando de Utilidade Pública a “Associação Feminina de Educação à Criança Excepcional”, com sede em Curitiba. — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N.º 82-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO FEMININA DE EDUCAÇÃO À CRIANÇA EXCEPCIONAL”, com sede em Curitiba.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1970.

(a) Erondy Silvério

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER ao Projeto de Lei n.º 82-70

1.) O projeto em exame, de autoria do nobre deputado Erondy Silvério, vem articulado e devidamente justificado, na forma estabelecida pelo Regimento Interno.

2.) O processo está plenamente instruído, eis que junto à proposição vê-se uma certidão do 1.º Office de Registro de Títulos e Documentos, desta comarca, pela qual se constata que a Entidade que ora se pretende declarar de utilidade pública está registrada sob n.º 727 no livro “A” de Registro de Pessoas Jurídicas, bem como se faz acompanhar dos estatutos que regem aquela pessoa jurídica.

3.) A iniciativa não fere qualquer preceito, quer de ordem constitucional, quer de ordem legal. Quanto a sua oportunidade, nada a opor.

4.) Em tais circunstâncias, somos pela sua aprovação.

E o Parecer.

(aa) Emílio Carazzai — Presidente

Paulo Poli — Relator

Ivo Tomazoni

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 6-70, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, adotando novo horário para as sessões ordinárias desta Assembleia Legislativa, até o dia 15 de novembro de 1970 — Aprovado.

**PROPOSIÇÃO N.º 68-70**

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, Requer ouvido o plenário, seja adotado o horário seguinte para as sessões ordinárias da Assembleia Legislativa.

2.a Feira — Reunião das Comissões com início às 19,30 hrs.

3.a Feira — sessão plenária às 14,30 hrs.

4.a Feira — sessão plenária às 14,30 hrs.

5.a Feira — sessão plenária às 10,00 hrs.

6.a Feira — reunião das Comissões

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1970.

(aa) Erondy Silvério

Olívio Gabardo

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

PARECER à Proposição N.º 68-70

É oportuna e regimental a proposta do nobre dep. Erondy Silvério.

Parecer favorável na forma do Projeto de Resolução em anexo.

Sala das Comissões, em 24 de junho de 1970.

(aa) Emílio Carrazai — Presidente

Abraão Miguel — Relator

**PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 6-70**

Art. 1.º — As sessões plenárias da Assembleia Legislativa do Estado, até 15 de novembro de 1970, serão realizadas nos seguintes horários:

2.a Feira — Reunião das Comissões, com início às 19,30 horas.

3.a Feira — Sessão plenária às 14,30 horas.

4.a Feira — Sessão plenária às 14,30 e reunião das Comissões.

5.a Feira — Sessão plenária às 10,00 horas e das Comissões.

6.a Feira — Reunião das Comissões.

Sala das Comissões, em 24 de junho de 1970.

(aa) Emílio Carrazai — Presidente, Abraão Miguel — Relator

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 12-70, de autoria do dep. Leopoldo Jacomel, criando um Ginásio Estadual, na sede do Município de Quitandinha, — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.I.P. e C.F. — **Aprovado.**

**PROJETO DE LEI N.º 12-70**

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1.º — Fica criado, na sede do Município de Quitandinha, um Ginásio Estadual, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de fevereiro de 1970.

(a) Leopoldo Jacomel

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

PARECER ao Projeto de Lei n.º 12-70

1.) De autoria do nobre Deputado Leopoldo Jacomel, visa a presente proposição criar, na sede do Município de Quitandinha, um Ginásio Estadual, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

2.) A mesma vem articulada e devidamente justificada, nos termos do Regimento Interno.

3.) O plano de lei em evidência não fere qualquer princípio, quer de ordem legal, quer de ordem constitucional. Quanto à sua oportunidade, nada a opor.

4.) Em face de tais circunstâncias, somos pela sua aprovação. É o Parecer.

Sala das Comissões, em 27 de maio de 1970.

(aa) Emílio Carrazai — Presidente

Paulo Poli — Relator

Ivo Tomazoni

**COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA**

PARECER ao Projeto de Lei n.º 12-70

1. O projeto de lei n.º 12-70, de autoria do deputado Leopoldo Jacomel objetiva criar, na sede do município de Quitandinha, um Ginásio Estadual, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

2. Sobre o assunto já se manifestou a Comissão de Constituição e Justiça, favoravelmente.

3. A necessidade de um estabelecimento dessa espécie, naquele município, está muito bem justificada pelo autor do projeto, razão pela qual nos manifestamos favoravelmente.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 9 de junho de 1970.

(aa) Olavo Ferreira — Presidente

José Alencar Furtado — Relator

**COMISSÃO DE FINANÇAS**

PARECER ao Projeto de Lei n.º 12-70

O presente projeto de lei de autoria do nobre deputado Leopoldo Jacomel, visa criar na sede do município de Quitandinha, um Ginásio Estadual.

Conforme a justificativa que acompanha o plano de lei, a medida se nos afigura justa e oportuna, tendo em vista que os moradores de Quitandinha prejudicados pela não existência de um Ginásio vêem-se obrigados a mandar os filhos para Rio Negro ou para a Capital.

Assim opinamos pela aprovação do projeto. É o Parecer.

Sala das Comissões, em 25 de junho de 1970.

(aa) Sílvia Barros — Presidente

Paulo Poli — Relator

Roberto Galvani

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 29, a Hora Regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA**

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei nos: 257-69, 234-69, 98-70;

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nos 38-70, 82-70, 12-70 e do Projeto de Resolução n.º 6-70;

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 19-70.

Levanta-se a sessão.

### 4.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura Ata da 81.ª Sessão Extraordinária Realizada em 26 de Junho de 1970

Presidência do sr. deputado Francisco Escorsin, secretariada pelos srs. deputados: Jorge Sato e Ovídio Franzoni.

As 10,20 horas, é registrada a presença das seguintes srs. deputados: Francisco Escorsin, Arthur de Souza, Gabriel Manoel, Haroldo Bianchi, Olívio Belich, Leopoldo Jacomel, Agnaldo Pereira Lima, Alencar Furtado, Amadeu Puppi, Armando Queiroz, Abraão Miguel, Arnaldo Busato, Emílio Carrazai, Erondy Silvério, Eurico Rosas, Fabiano Braga Cortes, Fuad Nacif, Igo Losso, Ivo Tomazoni, João Mansur, Jorge Sato, Luiz Cruz, Luiz Malucelli, Nelson Buffara, Olavo Ferreira, Olívio Gabardo, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Roberto Galvani, Roberto Wypych Seme Scaff e Sílvia Barros (34); achando-se ausentes os seguintes srs. deputados: David Federmann, Antônio Lopes Júnior, Túlio Vargas e Wilson Fortes (4).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA** destinada à apreciação de vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão extraordinária anterior que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA**

com a presença de 34 srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 57-70, Veto após ao Projeto de Lei n.º 276-69, de autoria do dep. Nelson Buffara, que autoriza o Poder Executivo celebrar convênio através do D.E.R., com o Município de Paranaguá, para execução dos serviços de pavimentação asfáltica no trecho de Estrada que liga Praia de Leste à de Pontal do Sul — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

— Encerrada a discussão. Em votação.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — (Pela ordem) Sr. Presidente, pediria que a Mesa fizesse um apelo aos srs. Deputados para que todos tomassem assento, pois se trata de um veto e estamos apenas dois Deputados sentados.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa pede aos srs. Deputados que tomem assento, para a votação do Projeto de Lei n.º 276-69. Os srs. Deputados que aprovam o Projeto de Lei n.º 276-69, queiram permanecer como estão. — Rejeitado o projeto, mantido o veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 29, quinze minutos após a realização da sessão ordinária, com a seguinte

**ORDEM DO DIA**

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 61-70.

Levanta-se a sessão.

### 4.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura Ata da 82.ª Sessão Ordinária Realizada em 29 de Junho de 1970

Presidência do sr. deputado Haroldo Bianchi, secretariada pelos srs. deputados Jorge Sato e Seme Scaff.

A Hora Regimental, é registrada a presença das seguintes srs. deputados: Arthur de Souza, Gabriel Manoel, Haroldo Bianchi, Leopoldo Jacomel, Agnaldo Pereira Lima, Alencar Furtado, Amadeu Puppi, Antônio Lopes Júnior, Armando Queiroz, Emílio Carrazai, Erondy Silvério, Eurico Rosas, Fabiano Braga Cortes, Igo Losso, Ivo Tomazoni, Jorge Sato, Luiz Cruz, Luiz Malucelli, Olavo Ferreira, João Mansur, Olívio Gabardo, Ovídio Franzoni, Paulo Poli, Pinto Dias, Roberto Galvani, Roberto Wypych, Seme Scaff, Sílvia Barros, Túlio Vargas, Nelson Buffara, Wilson Fortes e Olívio Belich (32); achando-se ausentes os seguintes srs. deputados Francisco Escorsin, David Federmann, Abraão Miguel, Arnaldo Busato, Fuad Nacif e Paulo Poli (6).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO**

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:****PROJETO DE LEI:****PROJETO DE LEI N.º 125-70**

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1.º — Fica criada, na cidade de Castro, uma Circunscrição de Trânsito, com jurisdição, além do município sede, nos municípios de Pirai do Sul, Jaguariávia, Sengés e Arapoti.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1970.

(a) Gabriel Manoel

**JUSTIFICATIVA:**

A região compreendida pelos municípios apontados no presente plano de lei, está a merecer maiores atenções do Estado, no que tange a política do trânsito, eis que, presentemente, os seus moradores têm que se valer daquele serviço na cidade de Ponta Grossa.

Com a instalação da Circunscrição pretendida, além da comodidade de seus futuros usuários, é inevitável, por outro lado, que a referida instalação se constituirá, também, em economia para os mesmos.

Em face de tais circunstâncias, apresentamos este plano de lei à consideração de nossos Ilustres Pares, esperando se lhe dê acatamento.

Está finda a leitura do Expediente.

O SR. PRESIDENTE — Encontra-se neste recinto o sr. deputado Pedro Harto Hermes, 1.º Secretário da Assembleia Legislativa do Estado de Sta. Catarina. Ao Ilustre visitante votos de boas vindas.



Não há horadores para o Pequeno Expediente. Para o Grande Expediente, concedo a palavra ao sr. deputado João Mansur, devidamente inscrito.

O SR. JOAO MANSUR — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Inicialmente queremos saudar o nosso companheiro, 1.º Secretário da Assembleia Legislativa do Estado de Sta. Catarina, sr. deputado Pedro Harto Hermes, que se encontra em visita de cortesia aos seus colegas aqui da Assembleia. Desejo ao mesmo toda a sorte de felicidades nesta estadia aqui em nossa Capital.

Sr. Presidente, srs. Deputados, ontem presenciamos, no interior de nosso município, uma festa indita para o povo daquela região. O Conselho de Desenvolvimento da Juventude Rural de Irati, em Convênio com a ACARPA e Prefeitura Municipal, vem desenvolvendo um trabalho extraordinário, a exemplo do que vem fazendo o Projeto Rondon e do que irá fazer a Aciso 70, trabalho esse que tem tido repercussão extraordinária em todo aquele município e nos municípios vizinhos.

Assistimos ontem a entrega de prêmios aos primeiros colocados, os quais se destacaram na agricultura, na saúde, nas artes, culinárias e costura. Nessa ocasião pudemos verificar o entusiasmo da juventude daquele município por esse projeto. Queremos ressaltar neste instante, e neste sentido estamos apresentando requerimento para ser submetido à apreciação desta Casa, referente a um voto de louvor ao sr. Avelino Vieira, presidente do Grupo Bamerindus de Investimentos S.A. concedeu aos dois primeiros colocados uma bolsa de estudos para o Ginásio e Curso Científico, sendo um dos premiados de Irati e o outro de Marechal Cândido Rondon.

Aproveitamos esta oportunidade para destacar a ação deste banqueiro, cujo nome ultrapassou as fronteiras do Paraná para ser projetado no Brasil inteiro. Sua atitude deve servir de estímulo a outros homens de empresa para que venham de encontro às suas realizações, trazendo a sua cooperação, seu estímulo e boa fé.

Deixamos aqui consignado os nossos votos de agradecimento ao sr. Avelino Vieira, e esperamos que esta Casa dê acatamento ao nosso requerimento, que é de gratidão e de reconhecimento a este Presidente do Grupo de Investimentos do Bamerindus.

O povo de Irati, sr. Presidente, srs. Deputados, recebeu, antes de ontem, a visita do sr. Secretário dos Transportes do Paraná, dr. Eurides Mascarenhas Ribas e do Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, dr. Al. do Patitucci que, numa manobra toda especial, procuraram transferir uma homenagem que deveria ser prestada à minha pessoa, no sábado passado naquele município, para o dia de ontem, ou melhor dizendo, para sábado, a fim de que eu lá não pudesse estar presente. Não queriam, certamente, estes homens, ter um encontro pessoal comigo e procuraram através de um subterfúgio, iludir a boa fé dos jovens daquele município para que transferissem aquela homenagem. E lá estiveram, antecipando a visita que deveria ser no dia 30, segundo entendimento havido com o sr. Governador do Estado, entendimento este avaliado pelo deputado Armando Queiroz, pelo líder do Governo nesta Casa, Erondy Silvério, e pelo Secretário do Governo, dr. Joaquim Santos Filho. Mas aquelas autoridades anteciparam a visita ao meu município e não falaram do asfaltamento da estrada Palmeira-Irati. Lá foram prometer aos jovens do meu município, o asfaltamento do kartódromo, procurando desviar a atenção da população de Irati.

Hoje nós assistimos, no Paraná, que Secretários de Estado e Diretores de Departamentos têm, cada um, seu candidato à deputação estadual. E com estes candidatos eles percorrem o Paraná, o interior todo, procurando desprestigar aqueles que aqui se encontram trabalhando pelo Paraná, aqueles que nunca mediram sacrifícios para dar ao Governo do Estado um Orçamento para que pudesse complementar a sua obra administrativa.

E contra isto que nós insurgimos é eu lamento que o Secretário de Transportes do Paraná e o Diretor de Estrada de Rodagem não fossem à minha cidade ou a outra cidade do Paraná verificar a precariedade do maquinário existente nos Distritos Rodoviários e as obras em andamento. Vão — isto sim — fazer política em desprestígio dos homens que representam aquela região. É lamentável que o Secretário de Transportes do Paraná não tivesse se preocupado com a recuperação do maquinário dos Distritos Rodoviários, a fim de dar atendimento às estradas.

Só tivemos conhecimento da aquisição, da compra de máquinas pelo atual Secretário de Transportes do Paraná e traremos ao conhecimento desta Casa porque, em nosso entender, não foi precedida das formalidades legais. Era isto que deveria fazer o Secretário de Transportes, dr. Eurides Mascarenhas Ribas. Dar cumprimento aos compromissos assumidos pelo Governo do Estado e não percorrer os nossos municípios, dando prestígio a certos e determinados candidatos à deputação estadual.

O que é mais grave, srs. Deputados, é com o que não concordamos é que, como se não bastasse o dr. Plínio Ancilutti Pessoa ter saído da Direção do Departamento de Estradas de Rodagem, por razões que ele mesmo virá explicar a esta Casa, através de um requerimento de convocação que nós iremos propor.

Por lealdade à Revolução, foi também demitido, como funcionário público do Estado e, se não bastasse isso, srs. Deputados, além de estragarem com a vida de um homem, de um moço que se projetava, depois de o tirarem do interior do Estado onde ele tinha uma vida tranquila — modesta mas tranquila — se não bastasse isso, ainda vão no meu Município, tripudiando contra a honra e a dignidade desse moço, para dizer que a estrada Palmeira-Irati não fora feita, porque um filho de Irati que se encontrava frente àquele Departamento, não quis fazer.

Procurei, srs. Deputados, até hoje, pautar a minha atuação nesta Casa dentro da mais perfeita harmonia, a fim de que aqui não digam que eu estava tumultuando a administração pública do Paraná, mas diante de fatos como este jamais poderei silenciar. Assim como o Secretário dos Transportes e o Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem tiveram a coragem necessária para irem em Irati, procurar desprestigiar a minha pessoa quando nem candidato eu era, quando nem pretendia disputar as eleições, eles deverão também ter a coragem necessária de aqui comparecerem e explicar a esta Casa e ao povo do Paraná, esta aquisição escusa de máquinas, feita por aquele Departamento, cujo processo se encontra em minhas mãos.

Quero, na oportunidade, fazendo justiça e, ao mesmo tempo, dizer aos nobres deputados Armando Queiroz e Erondy Silvério e ao Secretário do Governo dr. Joaquim dos Santos Filho, que eles estão, deste instante em diante, desobrigados para comigo do compromisso que haviam assumido. Pouco me importa, deste momento em diante, o resultado do asfaltamento da estrada Palmeira-Irati, porque o preço que querem cobrar é muito caro; eu jamais poderia concordar que queiram tripudiar contra a honra e a dignidade de homens que ocupam cargos de confiança no Governo do Estado, talvez contrariando as instruções do próprio Chefe do Poder Executivo, venham percor-

rendo o Paraná e levando à tiracolo os seus candidatos, em desprestígio aqueles homens que por mais de quatro anos têm sustentado aqui uma luta, procurando dar ao Governo do Estado todas as condições necessárias para que ele possa, correspondendo à confiança que recebeu do povo do nosso Estado, desincumbir-se da sua missão administrativa.

Enganam-se esses grandes cabos eleitorais e donos do eleitorado paranaense, nós os enfrentaremos em todos os cantos, em todas as regiões do Estado e quero daqui hoje declarar ao Secretário de Transportes e ao Diretor do D.E.R., eu aceito o desafio feito por ele na minha cidade e, de hoje em diante, eu sou candidato e espero encontrá-lo falando com o povo do meu município, mas não levando promessas e sim realizando aquilo que foi prometido há quatro anos.

O sr. Olívir Gabardo — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Deputado João Mansur, venho acompanhando atentamente o seu pronunciamento desde suas primeiras palavras. Quero dizer a V. Exa. que me tocou profundamente parte do seu discurso, porque V. Exa. procura seguir uma norma de política neste país, onde se procura a todo o custo fazer com que as instituições sejam projetadas acima dos erros e das paixões momentâneas dos próprios homens e quando a lei pune, proíbe e pune rigorosamente a corrupção pelo dinheiro e outras formas que vêm, realmente, deturpar o processo político e a própria democracia e nós, homens da oposição, que temos sentido que o bafejo do Governo, às vezes em vésperas de eleição distorce a realidade, comprometendo estas mesmas instituições que sentimos também em outras campanhas, nossas caravanas governamentais empenhadas numa luta local. Digo a V. Exa. que o pronunciamento de V. Exa. calou-me profundamente e leva o nosso repúdio, porque os homens que aí estão para trabalhar pelo povo devem continuar trabalhando e deixar que aqueles que vão em busca do voto, nós os candidatos enviaremos nossa mensagem e que ela seja limpa, tranquila a favor de que o eleitorado possa decidir tranquilamente do seu destino e a eleição dos seus candidatos. Solidário-me com V. Exa. quando fala. Quanto à segunda parte do discurso de V. Exa., trazendo uma denúncia até certo ponto grave para esta Casa, eu faço votos, nobre Deputado, que V. Exa. traga luzes para esta denúncia, trazendo assim os elementos concretos para que esta Casa tome conhecimento do inteiro teor da denúncia de V. Exa. apresentada neste momento.

O SR. JOAO MANSUR — Agradeço o aparte do nobre deputado Olívir Gabardo e pode estar certo, nobre Deputado, que os documentos sobre a denúncia que acabo de fazer virão para esta Casa, para exame de todos os srs. Deputados e pretendemos além destes documentos, trazer também a esta Casa o ex-Diretor do D.E.R., para que ele, com melhor conhecimento de causa, possa esclarecer os srs. sobre aquelas transações escusas que foram feitas pelo Secretário dos Transportes do Estado do Paraná. Mas, srs. Deputados, se fosse o Governador do Estado que estivesse em campanha de seus candidatos, se fosse o Governo que estivesse prestigiando companheiros seus, que o prestigiarão durante a sua administração, eu admitiria, mas não posso admitir que o Secretário, o Diretor do Departamento, cada um se intitulando do cabo eleitoral, com a força que têm na mão, que auxiliaram diretos do sr. Governador saiam pelo Paraná inteiro fazendo e usando da máquina administrativa em favor dos seus candidatos e que sirva de alerta a meus companheiros da ARENA, nesta Casa, principalmente; que se a moda pegar, amanha todos os srs. em cada uma das suas regiões, enfrentarão um Secretário de Estado, um Diretor de Departamento, como candidato seu, tirado do bolso; homem que não está identificado com a realidade, que nunca se sacrificou, como temos nos sacrificado aqui nesta Assembleia Legislativa do Estado, lutando em defesa do atual Governo, procurando dar ao povo do Paraná uma administração que corresponda com o esforço e trabalho do povo paranaense.

Fica aqui este meu alerta. E de amanhã em diante, estaremos ocupando esta tribuna para trazer ao conhecimento dos srs. e do povo do Paraná, a fim de que estes homens que ontem tiveram a coragem necessária de ir pisar sobre a honra e a dignidade dos homens da minha terra, também tenham a coragem de enfrentar esta Assembleia Legislativa e esclareçam a forma como adquiriram milhões de cruzeiros de máquinas que, entendendo, foi uma das transações mais escusas que se fez neste Estado.

Sr. Presidente, terminando, quero submeter a esta Casa, o requerimento vasado nos seguintes termos: (16):

#### “REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER À Mesa, após ouvido o Plenário, digníssimo presidente do Grupo Bamerindus de Investimentos S.A., pelo incentivo aos meninos que compuseram os grupos 4-S do Conselho de Desenvolvimento da Juventude Rural, concedendo-lhes bolsas de estudos aos dois primeiros colocados, sendo uma para o Curso Ginásial e Curso Científico para ambas cabendo-lhe uma ao município de Irati e outra a Cândido Rondon.

Por esta atitude altruística, homenageamos o ilustre paranaense acima mencionado, pelo qual solicitamos aos nobres pares apoio total a este requerimento.

Requer, ainda, que da decisão desta Assembleia Legislativa, seja dado conhecimento ao ilustre paranaense.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1970.

(a) João Mansur

Era só sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência concede a palavra ao segundo orador inscrito, sr. deputado Olívir Gabardo.

O SR. OLIVIR GABARDO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Há poucos dias ocupamos a tribuna desta Casa, na discussão de projeto de lei que aumentava os vencimentos dos srs. Secretários de Estado. Manifestávamos naquela oportunidade a nossa estranheza, quando o Sr. Chefe do Poder Executivo, contrariando a todos os apelos formulados nesta Casa, que se pedia justiça para os funcionários públicos, dando-lhes o aumento que a União e Municípios outros deste Estado já haviam concedido, sem que viesse para cá a mensagem de aumento dos srs. Secretários de Estado.

Não éramos, como não somos contrários ao aumento de vencimentos dos srs. Secretários de Estado; mas estranhamos profundamente que o funcionalismo público fosse preterido na oportunidade, dando melhores condições de vencimentos aos Srs. Secretários de Estado e que se deixasse a classe do funcionalismo público marginalizada, aguardando o tão decantado aumento de seus vencimentos, que se pedia, modestamente, na base do aumento concedido aos funcionários federais.

Mas, se esse fato nos causou espécie e estranheza, estamos tomando conhecimento novamente de um outro fato, relacionado com o pessoal. Sr. Presidente, srs. Deputados: as zeladoras dos estabelecimentos de ensino do Interior do Estado do Paraná — e não posso afirmar com segurança, mas talvez, inclusive desta Capital, — sem receber seus próprios vencimentos, desde o início do atual ano letivo. É desumanidade deixar essas pobres funcionárias, que percebem salários de fome, sem receber esse salário paupérrimo e míngua, desde o início do ano.

Encontrei zeladoras dos estabelecimentos oficiais de ensino na minha terra, simplesmente chorando por estarem passando fome, porque não receberam seus vencimentos desde março do corrente ano. É preciso que a administração pública, que pretende se afirmar com obras realizadas, não esqueça os homens que aí estão, o ser humano que aí está necessitando de seu amparo.

É profundamente lamentável que tenhamos que vir à tribuna para reclamar o pagamento a esses modestos funcionários, porque já fizéramos o apelo por duas vezes, em relação a esses mesmos funcionários; mas não apenas os estagiários e as zeladoras estão sem receber seus vencimentos, também aquelas professoras primárias que já prestaram 100 dias de serviço, gratuitamente ao Estado, estão aí, desde março do corrente ano, lecionando também sem receber, com perspectiva de iram para o segundo semestre do atual ano letivo, sem receberem seus mínguados vencimentos.

Quero, desta tribuna, formular um apelo veemente ao nobre líder do governo, deputado Erondy Silvério, que se sensibilize pelo problema e leve ao sr. Governador do Estado os reclamos e a angústia dos funcionários que aí estão, cujo fato é profundamente deprimente ao Estado do Paraná, na pessoa do seu Secretário de Educação, ao anular no Estado de São Paulo, que os professores do Estado do Paraná ganham polpidos vencimentos. Na realidade, esses fatos estão aí a contradizer essas palavras.

Queremos, sr. Presidente, permanecer em Plenário sem ter que voltar a esta tribuna para reclamar esse fato, que consideramos sumamente deprimente para o Estado do Paraná. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA

com a presença de 32 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Gabriel Manoel, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, confor me aviso distribuído aos srs. Deputados:

— REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 257-69, que autoriza o Poder Executivo a firmar convênio com o município de Cambé, através da Secretaria de Viação e Obras Públicas, para construir Reservatório Elevado da estação de tratamento de água. — Aprovado.

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 257/69

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio com o Município de Cambé, através da Secretaria de Viação e Obras Públicas, para execução dos serviços de construção do reservatório elevado da estação de tratamento de água e demais obras complementares daquela cidade.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

aa) Ivo Tomazoni — Presidente  
Roberto Galvani — Relator  
Agnaldo Pereira Lima

— REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 234-69, declarando de Utilidade Pública a Pia Sociedade Filhas de São Paulo, filial de Curitiba. — Aprovado.

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 234/69

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Pia Sociedade Filhas de São Paulo, filial de Curitiba.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de junho de 1970.

aa) Ivo Tomazoni — Presidente  
Roberto Galvani — Relator  
Agnaldo Pereira Lima

— REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 98-70, estabelecendo sistema de remuneração ao Pessoal dos Serviços Fisco-Arrecadadores do Estado e das outras providências. — Aprovado.

— 2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 38-70 — Mensagem Governamental n.º 11-70, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre abertura de crédito especial no valor de Cr\$ 3.435.504,00, à Secretaria de Educação e Cultura para instalação e funcionamento da Fundação Teatro Guaíra. — Parecer favorável da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado artigo por artigo.

— 2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 82-70, de autoria do dep. Erondy Silvério, declarando de Utilidade Pública a "Associação Feminina de Educação à Criança Excepcional", com sede em Curitiba. — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado artigo por artigo.

— 2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 6-70, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, adotando novo horário para as sessões Ordinárias desta Assembleia Legislativa, até o dia 15 de novembro de 1970. — Aprovado artigo por artigo.

— 2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 12-70, de autoria do dep. Leopoldo Jacomel, criando um Ginásio Estadual, na sede do Município de Quitandinha. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.I.P. e C.F. — Aprovado artigo por artigo.

— 1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 19-70, de autoria do dep. Túlio Vargas, que autoriza o Poder Executivo a elevar o valor da Pensão mensal concedida à viúva Maria Alves Espinheira. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Com Substituto Geral. — Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N.º 19-70

Decreta:

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a elevar o valor da pensão mensal concedida a Maria Alves Espinheira, viúva do ex-funcionário público Estadual Afonso Alves Espinheira.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de fevereiro de 1970.

a) Dep. Túlio Vargas.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 19-70

A medida proposta pelo nobre deputado Túlio Vargas, se nos afigura e, sobretudo, humana, merecendo ser acolhida nesta Comissão.

Como o Projeto, entretanto, não menciona o quantum do benefício, oferecemos-lhe o substitutivo anexo, com o qual nos manifestamos favoráveis à sua aprovação.

É o Parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 1970.

aa) Emílio Carazzai — Presidente  
Arnaldo Busato — Relator

##### SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N.º 19/70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a elevar para NCr\$ 100,00 (cem cruzeiros novos), a pensão mensal concedida a Maria Alves Espinheira, viúva do ex-funcionário público estadual Afonso Alves Espinheira.

Art. 2.º — A despesa com a execução desta Lei correrá à conta da verba própria do Orçamento do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27 de maio de 1970.

aa) Emílio Carazzai — Presidente  
Arnaldo Busato — Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 19/70

Merece louvores a iniciativa do nobre deputado Túlio Vargas que visa aumentar o valor da pensão mensal concedida à viúva Maria Alves Espinheira. Como a proposição meramente pretende autorizar o Poder Executivo, estamos de acordo, em oferecer nosso parecer pela aprovação na conformidade do Substituto da dita Comissão de Constituição e Justiça.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 15 de junho de 1970.

aa) Roberto Galvani — Presidente  
Sílvio Barros — Relator

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado João Mansur, constante do Expediente solicitando, voto de louvor ao sr. Avelino Vieira, presidente do Grupo Banerlindus de Investimentos S.A. — Aprovado.

Emenda de autoria do sr. deputado Erondy Silvério, ao Projeto de Lei n.º 6-70, que diz o seguinte (Lê):

#### "EMENDA"

Acrescente-se onde couber:

"Art. 2.º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário".

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1970.

(a) Erondy Silvério."

Em votação a emenda. — Aprovada.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná registra, com satisfação, a presença do prefeito de Alto Piquiri, sr. Nelson Rodrigues Barbosa. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 30 terça-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 3-70;

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 24-70;

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nrs. 38-70, 82-70, 6-70 e 12-70;

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nr. 19-70;

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nrs. 105-70; 85-70; 4-70 e 122-70

— Lembro aos srs. Deputados que logo após a sessão ordinária, haverá outra de caráter extraordinário.

Levanta-se a Sessão.

#### 4.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura Ata da 83.ª Sessão Extraordinária Realizada em 29 de junho de 1970

Presidência do sr. deputado Arthur de Souza, secretariada pelos srs. deputados Jorge Sato e Haroldo Bianchi.

As 15,30 horas, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Arthur de Souza, Gabriel Manoel, Haroldo Bianchi, Olívio Belich, Leopoldo Jacomel, Agnaldo Pereira Lima, Alencar Furtado, Amadeu Puppi, Antônio Lopes Júnior, Armando Queiroz, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Eurico Rosas, Fabiano Braga Côrtes, Igo Lossó, Ivo Tomazoni, João Mansur, Jorge Sato, Luiz Cruz, Luiz Malucelli, Nelson Buffara, Glávo Ferreira, Olívio Gabardo, Ovídio Franzoni, Paulo Pelli, Pinto Dias, Roberto Galvani, Roberto Wypych, Seme Scaff, Túlio Vargas, Sílvio Barros e Wilson Fortes (32); achando-se ausentes os seguintes srs. deputados Francisco Escorsin, David Federmann, Abrabão Miguel, Arnaldo Busato, Fuad Nacl e Paulo Camargo (6).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a

#### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

destinado à apreciação de vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.



O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.  
Passa-se à

#### ORDEM DO DIA

com a presença de 32 srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

— DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 61-70, Veto aposto ao Projeto de Lei n.º 104-69, de autoria do dep. Fuad Nacif, que autoriza o Poder Executivo, criar no Município de Campo Novo, um Ginásio Estadual para funcionar em prédio já existente, a partir de 1.970 — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

— Encerrada a discussão. Em votação. — Mantido o veto, rejeitado o projeto.

Nada mais havendo a tratar, declarou encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 30, quinze minutos após o término da sessão ordinária, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA

Discussão Única — da Proposição n.º 62-70.  
Levanta-se a sessão.

#### ATAS DAS COMISSÕES:

##### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### 6a. LEGISLATURA — 4a. SESSÃO LEGISLATIVA

##### ATA DA 9a. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de junho do ano de hum mil novecentos e setenta, na Sala das Comissões, às quinze horas, reuniu-se a Comissão de Finanças sob a Presidência do senhor deputado Roberto Galvani. Havendo número legal, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que foi relatado, o seguinte processo: PROJETO DE LEI N.º 98-70 — autor: sr. deputado Erondy Silvério — Estabelece sistema de remuneração ao pessoal dos serviços Fisco-Arrecadações do Estado e dá outras providências — relator: senhor deputado Paulo Poli — parecer favorável. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, encerrou os trabalhos, dos quais para constar, lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme, será assinada por mim e pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

aa) Sílvia Barros — Presidente  
Lélio G. Sottomaior — Secretário

##### COMISSÃO DE REDAÇÃO

##### ATA DA 11a. SESSÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de junho de hum mil e novecentos e setenta, sob a presidência do Deputado Ivo Thomazoni, presentes todos os seus membros, reuniu-se na Sala das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Redação Final. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia onde o Deputado Olavo Ferreira apresentou redação final dos seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 48-70, de autoria do Deputado Túlio Vargas, declarando de utilidade pública o Instituto de Cultura Espírita do Paraná com sede e fóro em Curitiba. PROJETO DE LEI N.º 79-70, de autoria do Deputado digo, de autoria do Governo do Estado, que, em Mensagem n.º 14-70, objetiva conceder, em nome e à conta dos recursos do Tesouro do Estado, fiança ao Banco de Desenvolvimento do Paraná — BADEP — para garantir empréstimo que este vier a contrair com o Banco Nacional de Habitação — BNH — PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 3-70, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, aprovando convênio firmado em 18.8.68 entre o Governo do Estado através do Departamento de Águas e Energia Elétrica, e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário, na aplicação de recursos em obras de eletrificação rural. Aprovados. Em seguida, o Deputado Roberto Galvani, apresentou redação final do seguinte processo: PROJETO DE LEI N.º 58-70, de autoria do Deputado Erondy Silvério, autorizando o Poder Executivo a criar uma Inspeção Regional de Ensino com sede em Camborá, com jurisdição em seu território e no de Andaraí. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos, de cuja sessão, eu, Antonio Lacerda Braga Neto, para constar, lavrei a presente Ata que uma vez lida e achada conforme, vai por mim e pelo Senhor Presidente assinada para que produza os efeitos de lei.

aa) Ivo Thomazoni — Presidente  
Antonio Lacerda Braga Neto — Secretário

##### PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 3/70

##### Resolve:

Art. 1.º — Fica aprovado, nos termos do inciso VII, artigo 22, da Constituição Estadual, o Convênio firmado em 18 de agosto de 1968, entre o Governo do Estado, através do Departamento de Águas e Energia Elétrica e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário — INDA, para aplicação de recursos em obras de eletrificação rural, neste Estado.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

aa) Ivo Thomazoni — Presidente  
Olavo Ferreira — Relator

##### PROJETO DE LEI N.º 79/70

##### Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder em nome e à conta dos recursos do Tesouro do Estado do Paraná fiança ao Banco de Desenvolvimento do Paraná S. A. — BADEP, para garantir os empréstimos que este vier a contrair junto ao Banco Nacional de Habitação — BNH.

§ 1.º — Os recursos financeiros decorrentes dos empréstimos de que trata este artigo, serão repassados pelo Banco de Desenvolvimento do Paraná S. A. — BADEP, a entidades da administração indireta dos municípios do

Estado do Paraná, destinando-se à implantação, ampliação ou melhoria de seus sistemas de saneamento.

§ 2.º — A fiança será outorgada pelo Governo do Estado do Paraná, em contrato a ser celebrado com o Banco Nacional de Habitação — BNH sob a supervisão da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda.

§ 3.º — Para concessão de fiança de que trata esta Lei, é fixada a importância de até Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros), que será corrigida monetariamente de conformidade com os índices estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional para os ORTN.

Art. 2.º — Nenhum repasse financeiro será deferido pelo Banco de Desenvolvimento do Paraná S. A. — BADEP, às entidades municipais, sem a cobertura de garantias específicas destinadas a assegurar a liquidez das operações objeto da fiança concedida nos termos desta Lei.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

aa) Ivo Thomazoni — Presidente  
Olavo Ferreira — Relator

##### PROJETO DE LEI N.º 48/70

##### Decreta:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o Instituto de Cultura Espírita do Paraná, pessoa jurídica de direito privado, com sede e fóro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

aa) Ivo Thomazoni — Presidente  
Olavo Ferreira — Relator

##### PROJETO DE LEI N.º 58/70

##### Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado, na conformidade da Lei n.º 5.831, de 3 de agosto de 1968, a criar uma Inspeção Regional de Ensino, com sede na cidade de Camborá, com jurisdição correspondente ao território de seu município, e ao do município de Andaraí.

Art. 2.º — Para atender o disposto no artigo 1.º, fica o Poder Executivo autorizado a incluir no artigo 6.º, da Lei n.º 5.831, de 3 de agosto de 1968, os seguintes cargos de Provimento em Comissão: no inciso I, 1 (hum) de Inspeção Regional de Ensino, símbolo 3-C; no inciso III, 1 (hum) de Inspeção Regional de Ensino Médio, símbolo 6-C; no inciso IV, 1 (hum) de Inspeção Regional de Ensino Primário, símbolo 14-C.

Art. 3.º — As despesas com a execução da presente Lei, correrão à conta da verba própria consignada no Orçamento Geral do Estado.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

aa) Ivo Thomazoni — Presidente  
Roberto Galvani — Relator

##### COMISSÃO DE REDAÇÃO

##### ATA DA 12a. SESSÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de junho de hum mil e novecentos e setenta, sob a Presidência do Deputado Ivo Thomazoni, presentes todos os seus membros, reuniu-se na Sala das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Redação Final. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, onde o Deputado Roberto Galvani apresentou redação final dos seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 77-70, de autoria da Comissão Executiva, objetivando implantar na Assembleia Legislativa do Estado, a reclassificação e reavaliação de cargos e funções. PROJETO DE LEI N.º 97-70, de autoria do pe, digo, do Tribunal de Contas do Estado, dispondo sobre a reestruturação, reclassificação e reavaliação dos cargos e funções do quadro próprio do Corpo Institutivo do Tribunal de Contas. Aprovados. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos digo, declarou encerrados os trabalhos de cuja sessão eu, Antonio Lacerda Braga Neto, para constar, lavrei a presente Ata que, uma vez lida e achada conforme, vai por mim e pelo Senhor Presidente assinada para que produza os efeitos de lei.

aa) Ivo Thomazoni — Presidente  
Antonio Lacerda Braga Neto — Secretário

##### PROJETO DE LEI N.º 77-70

##### A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

##### Decreta:

Art. 1.º — O Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná passa a ser regido pela nova sistemática estabelecida nesta Lei.

Art. 2.º — O Quadro compreenderá:

I — Parte Permanente; e

II — Parte Suplementar.

§ 1.º — A Parte Permanente será integrada pelos cargos de provimento efetivo e em comissão, constantes dos Anexos I e II, respectivamente.

§ 2.º — A Parte Suplementar, constante do Anexo III, agrupará cargos que serão automaticamente extintos quando vagarem, se isolados, ou pelo cargo de menor vencimento, feitas as promoções, se integrantes de carreiras ou séries de classes.

##### DOS CARGOS

Art. 3.º — Os cargos do quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná obedecem à classificação prevista nesta Lei.

Art. 4.º — Os cargos são de provimento efetivo ou em comissão.

Art. 5.º — Os cargos de provimento efetivo integram séries de classes ou classes.

Parágrafo único — As séries de classes e as classes constituem grupos ocupacionais e serviços, na forma do disposto no Anexo I.

Art. 6.º — As atribuições, responsabilidades e demais características e condições pertinentes a cada classe serão especificadas em regulamento aprovado por Decreto Legislativo.

Art. 7.º — Os cargos de provimento em Comissão, constantes do Anexo II, são privativos de funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembleia Legislativa, exceto os de chefia de Gabinetes e de Chefia do Serviço de Segurança de livre provimento da Comissão Executiva.

Art. 8.º — As atribuições e responsabilidades dos cargos em comissão serão definidas em regulamento aprovado por Decreto Legislativo.

#### DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS

Art. 9.º — As funções gratificadas são as constantes do Anexo IV, correspondendo à simbologia nêle relacionada.

Parágrafo único. — Os valores das funções gratificadas são iguais aos do Poder Executivo, fixados na Tabela constante do Anexo II, alínea c, da Lei n.º 5.978, de 1.º de agosto de 1.969, e acompanharão suas posteriores alterações.

#### DOS VENCIMENTOS

Art. 10 — Os vencimentos básicos dos cargos efetivos do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná são os constantes do Anexo V, desta Lei.

Art. 11 — Os vencimentos dos cargos em comissão são iguais aos do Poder Executivo, fixados na Tabela constante do Anexo II, alínea b, da Lei n.º 5.978, de 1.º de agosto de 1.969, e acompanharão suas posteriores alterações.

#### DO ACESSO

Art. 12 — Acesso é a elevação do ocupante de nível final de Séries de Classes ao nível inicial de Séries de Classes afins, de atribuições correlatas, porém mais complexas, maior grau de responsabilidade e vencimentos superiores.

Parágrafo único. — O acesso, nas vagas iniciais das diferentes Séries de Classes, proceder-se-á através de Decreto Legislativo, obedecido o critério alternado de antiguidade e merecimento, à razão de 50% (cinquenta por cento), para uma e para outra vaga.

Art. 13 — Merecimento, para efeito de acesso, é a demonstração positiva pelo funcionário, durante sua permanência na Classe, de pontualidade e assiduidade, capacidade e eficiência, espírito de colaboração e ética profissional.

Art. 14 — Para cada vaga reservada ao acesso, por antiguidade, será indicado um único funcionário para o respectivo preenchimento, e, no caso de vaga a ser provida por merecimento, a indicação será feita em lista triplê.

Parágrafo único. — Na possibilidade da ocorrência de empate, será indicado o funcionário que contar mais tempo de efetivo exercício como funcionário que contar mais tempo de efetivo exercício como funcionário da Assembleia Legislativa.

Art. 15 — O funcionário elevado por acesso passará a integrar a nova classe, a partir da data da publicação do respectivo ato no Diário da Assembleia.

Art. 16 — O interstício par ao acesso será de 2 (dois) anos de efetivo exercício na Classe, podendo ser reduzido a 1 (um) ano, quando não houver funcionário que conte aquele tempo.

Art. 17 — Não poderá ser elevado por acesso o funcionário que, durante o semestre anterior aquele que corresponder à elevação, sofrer pena disciplinar.

Art. 18 — O Diretor Geral fará publicar no Diário da Assembleia, previamente os nomes dos candidatos à elevação por acesso.

Parágrafo único. — O funcionário que se julgar preterido, poderá impetrar recursos à Mesa da Assembleia Legislativa no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados da respectiva publicação.

#### DA PROMOÇÃO

Art. 19 — Promoção é a elevação do funcionário ao nível imediatamente superior àquele a que pertence, na respectiva Série de Classes.

Art. 20 — As promoções obedecerão ao critério de antiguidade de Classe e ao merecimento, alternadamente, e se processarão de nível para nível, dentro da mesma Série de Classes.

Parágrafo único. — O critério, a que obedecer a promoção, deverá vir expresso no Ato respectivo.

Art. 21 — A apuração do merecimento far-se-á na forma estatuída para o acesso e disposta pelo art. 13, desta Lei.

#### DA TRANSFERÊNCIA

Art. 22 — Transferência é o ato de provimento, mediante o qual se processa, "ex-offício" ou a pedido, a movimentação de funcionário de um para outro cargo de igual nível.

Art. 23 — É vedada a transferência para cargo de vencimento básico diferente.

#### DO ENQUADRAMENTO

Art. 24 — O enquadramento nas Séries de Classes e nos cargos isolados, constantes das Partes Permanentes e Suplementar do Quadro do Pessoal, proceder-se-á por Decreto Legislativo, respeitada, tanto quanto possível, a situação dos respectivos ocupantes dos cargos da atual estrutura.

#### DO SERVIÇO TÉCNICO CIENTÍFICO

Art. 25 — As Séries de Classes, para cujo provimento é exigida a apresentação de diploma, de curso universitário, ficam escalonadas entre os níveis PL-24 a PL-30, obedecida, nessa amplitude, a duração dos respectivos cursos.

Parágrafo único. — A aplicação do disposto neste artigo não prejudica a situação dos atuais funcionários que, por determinação de Resoluções da Assembleia ou da Legislação do Governo Federal, e na forma desta Lei, forem considerados de nível universitário.

Art. 26 — Ficam enquadrados nos níveis PL-24 a PL-28 as Séries de Classes da Técnico de Administração e Redator, para cujo exercício a Administração Federal tenha baixado normas disciplinadoras, de currículo universitário.

Art. 27 — Ficam enquadrados nos níveis PL-25 a PL-29 as Séries de Classes de nível universitários, cujo currículo seja de quatro (4) anos.

Art. 28 — Ficam enquadrados nos níveis PL-26 a PL-30 as Séries de Classes de nível universitário, cujo currículo seja de cinco (5) anos ou mais.

#### DA READAPTAÇÃO

Art. 29 — A readaptação será feita concomitantemente com o enquadramento ou a qualquer época, respeitados sempre o interesse da Assembleia

Legislativa e a habilitação profissional do readaptado.

§ 1.º — A readaptação será processada com base nas atribuições e responsabilidades que venham sendo cometidas ao servidor em caráter efetivo e continuado.

§ 2.º — A readaptação não acarretará redução de vencimento e vantagens legais efetivamente percebidos, assegurando-se sempre a diferença a que o servidor fizer jus quando for o caso de readaptação em nível de menor vencimento.

#### DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

Art. 30 — Os cargos de Taquígrafo passam a integrar Série de Classes especial, escalonada em 5 (cinco) níveis de símbolos TL-1 a TL-5, com vencimentos correspondentes aos dos níveis PL-22 a PL-26, respectivamente, integrando a parte Permanente, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado.

Art. 31 — Os atuais ocupantes dos cargos isolados de provimento efetivo, de Diretor Adjunto, Assistente Técnico, Médico e Secretário de Comissão, da Parte Suplementar, perceberão os vencimentos já fixados.

Parágrafo único. — Sempre que majorados os vencimentos do Quadro de Pessoal, Parte Permanente, ficam reajustados "ex-offício", e na mesma base percentual, os vencimentos dos funcionários a que se refere este artigo, inclusive os decorrentes desta Lei.

Art. 32 — Os servidores inativos do Poder Legislativo terão sempre seus proventos reajustados "ex-offício", observada a correspondência fixada para o respectivo cargo, em igualdade de condições com o pessoal em atividade, sendo respeitadas, para efeito de cálculo, as normas de enquadramento constantes do art. 24, desta Lei.

#### DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 33 — Até a exposição do regulamento a que se refere o art. 6.º, da presente Lei, aos ocupantes das Séries de Classes constantes do Anexo I, serão cometidas, pela Diretoria Geral, atribuições atinentes as respectivas habilitações profissionais e funcionais.

Art. 34 — Realizado o enquadramento do pessoal e depois de se proceder ao primeiro provimento por acesso e promoção, serão declarados extintos por Decreto Legislativo os cargos vagos iniciais das Séries de Classes respectivas.

Art. 35 — Aplica-se, no que couber e por Decreto Legislativo, aos funcionários da Assembleia Legislativa, o Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, instituído pela Lei n.º 5.978, de 1.º de agosto de 1.969.

Art. 36 — A Mesa da Assembleia Legislativa fará instituir, quando julgar necessário, cursos intensivos de treinamento e aperfeiçoamento, para fins de futuras readaptações de funcionários ou que melhor os habilitem a desempenhar com eficiência as atribuições inerentes aos cargos que exercem.

Art. 37 — As despesas com a execução da presente Lei correrão à conta da dotação orçamentária própria, consignada ao Poder Legislativo, no Orçamento Geral do Estado.

Art. 38 — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

aa) Ivo Thomazoni — Presidente  
Roberto Galvani — Relator

#### ANEXO I

#### SISTEMÁTICA DOS CARGOS EFETIVOS

##### PARTE PERMANENTE

Código	Série de Classes	Nível	Acesso	N. de Cargos
I — SERVIÇO: ADMINISTRAÇÃO E ESCRITÓRIO (AE)				
GRUPO OCUPACIONAL AE — 100 — ADMINISTRATIVO				
AE-101	— Oficial de Administração	— 23 —	—	44
AE-101	— Oficial de Administração	— 22 —	—	8
AE-101	— Oficial de Administração	— 21 —	—	8
AE-101	— Oficial de Administração	— 20 —	—	10
AE-101	— Oficial de Administração	— 19 —	—	14
AE-101	— Oficial de Administração	— 18 —	—	10
				94
AE-102	— Escriurário	— 17 —	— Oficial de Adm.	8
AE-102	— Escriurário	— 16 —	—	7
AE-102	— Escriurário	— 15 —	—	13
AE-102	— Escriurário	— 14 —	—	2
AE-102	— Escriurário	— 13 —	—	2
				32

##### GRUPO OCUPACIONAL AE-200 — LEGISLATIVO

AE-201	— Oficial Legislativo	— 23 —	—	44
AE-201	— Oficial Legislativo	— 22 —	—	5
AE-201	— Oficial Legislativo	— 21 —	—	5
AE-201	— Oficial Legislativo	— 20 —	—	6
AE-201	— Oficial Legislativo	— 19 —	—	9
AE-201	— Oficial Legislativo	— 18 —	—	11
				80
AE-202	— Auxiliar Legislativo	— 17 —	— Oficial Legis.	7
AE-202	— Auxiliar Legislativo	— 16 —	—	10
AE-202	— Auxiliar Legislativo	— 15 —	—	4
AE-202	— Auxiliar Legislativo	— 14 —	—	2
AE-202	— Auxiliar Legislativo	— 13 —	—	2
				25

##### II — SERVIÇO: CONSERVAÇÃO E TRANSPORTE (CT) GRUPO OCUPACIONAL CT — 10 — CONSERVAÇÃO

CT-101	— Auxiliar de Plenário e Conservação	— 17 —	—	2
CT-101	— Auxiliar de Plenário e Conservação	— 16 —	—	4
CT-101	— Auxiliar de Plenário e Conservação	— 15 —	—	3
CT-101	— Auxiliar de Plenário e Conservação	— 14 —	—	35
				44



## GRUPO OCUPACIONAL: CT-300 — TRANSPORTE

CT-201 — Motorista	17	
CT-201 — Motorista	16	
CT-201 — Motorista	15	
CT-201 — Motorista	14	
CT-201 — Motorista	13	
CT-201 — Motorista	12	

## III — SERVIÇO: ATIVIDADES GERAIS (AG)

## GRUPO OCUPACIONAL: AG-100 — ATIVIDADES GERAIS

AG-101 — Oficial de Serviços Gerais	23	
AG-101 — Oficial de Serviços Gerais	22	
AG-101 — Oficial de Serviços Gerais	21	
AG-101 — Oficial de Serviços Gerais	20	
AG-101 — Oficial de Serviços Gerais	19	
AG-101 — Oficial de Serviços Gerais	18	

AG-201 — Auxiliar de Serviços Gerais	17	Oficial de Serv. Gerais
AG-201 — Auxiliar de Serviços Gerais	16	
AG-201 — Auxiliar de Serviços Gerais	15	

## IV — SERVIÇO: PROFISSIONAL (P)

## GRUPO OCUPACIONAL: P-100 — CONTABILIDADE

P-101 — Contabilista	23	
P-101 — Contabilista	22	
P-101 — Contabilista	21	
P-101 — Contabilista	20	
P-101 — Contabilista	19	

## GRUPO OCUPACIONAL: P-200 — TAQUIGRAFIA

P-201 — Taquígrafo — TL-5	26	
P-201 — Taquígrafo — TL-4	25	
P-201 — Taquígrafo — TL-3	24	
P-201 — Taquígrafo — TL-2	23	
P-201 — Taquígrafo — TL-1	22	

## V — SERVIÇO: TÉCNICO CIENTÍFICO (TC)

## GRUPO OCUPACIONAL: TC-100 — TÉCNICA ADMINISTRATIVA

TC-101 — Técnico de Administração	28	
TC-101 — Técnico de Administração	27	
TC-101 — Técnico de Administração	26	
TC-101 — Técnico de Administração	25	
TC-101 — Técnico de Administração	24	

## GRUPO OCUPACIONAL: TC-200 — REDAÇÃO E DIVULGAÇÃO

TC-201 — Redator	28	
TC-201 — Redator	27	
TC-201 — Redator	26	
TC-201 — Redator	25	
TC-201 — Redator	24	

## GRUPO OCUPACIONAL: TC-300 — CONTABILIDADE

TC-301 — Contador	29	
TC-301 — Contador	28	
TC-301 — Contador	27	
TC-301 — Contador	26	
TC-301 — Contador	25	

## GRUPO OCUPACIONAL: TC — 400 — ECONOMIA

TC-401 — Economista	29	
TC-401 — Economista	28	
TC-401 — Economista	27	
TC-401 — Economista	26	
TC-401 — Economista	25	

## GRUPO OCUPACIONAL: TC — 500 — ODONTOLOGIA

TC-501 — Cirurgião Dentista	29	
TC-501 — Cirurgião Dentista	28	
TC-501 — Cirurgião Dentista	27	
TC-501 — Cirurgião Dentista	26	
TC-501 — Cirurgião Dentista	25	

## GRUPO OCUPACIONAL: TC — 600 — MEDICINA

TC-601 — Médico	30	
TC-601 — Médico	29	
TC-601 — Médico	28	
TC-601 — Médico	27	
TC-601 — Médico	26	

## GRUPO OCUPACIONAL: TC — 700 — DIREITO

TC-701 — Advogado	30	
TC-701 — Advogado	29	
TC-701 — Advogado	28	
TC-701 — Advogado	27	
TC-701 — Advogado	26	

## ANEXO II

## SISTEMATICA DE CARGOS EM COMISSÃO

## PARTE PERMANENTE

N.º de Cargos	Denominação	Símbolo
1	Diretor Geral	1-C
4	Diretor de Departamento	1-C
1	Tesoureiro Geral	1-C
2	Tesoureiro Auxiliar	2-C
1	Contador Geral	2-C
1	Chefe de Gabinete da Presidência	1-C
1	Chefe de Gabinete da 1.ª Secretaria	1-C
1	Chefe de Gabinete da 2.ª Secretaria	2-C
1	Chefe de Gabinete da Diretoria Geral	3-C
1	Chefe de Serviço de Segurança	2-C

## ANEXO III

## SISTEMATICA DE CARGOS EFETIVOS

## PARTE SUPLEMENTAR

Série de Classes	Nível	N.º de cargos
Auxiliar Técnico	30	9
Auxiliar Técnico	29	2
Auxiliar Técnico	28	5
Auxiliar Técnico	27	2
Auxiliar Técnico	26	2
Auxiliar Técnico	25	4

## CARGOS ISOLADOS, DE PROVIMENTO EFETIVO

1	Diretor Adjunto	3
1	Assistente Técnico	16
1	Médico	2
2	Secretário de Comissão	28

## ANEXO IV

## FUNÇÕES GRATIFICADAS

Denominação	Símbolo
I — Diretor Geral — Diretores — Chefes dos Gabinetes da Presidência e 1.ª Secretaria — Tesoureiro Geral, três vezes	F-1
II — Diretores Adjuntos — Assistentes Técnicos — Chefe de Gabinete da 2.ª Secretaria — Contador Geral	F-1
III — Chefes dos Gabinetes da 1.ª e 2.ª Vice-Presidência — Assessores dos Gabinetes da Presidência, 1.ª e 2.ª Secretarias — Secretários de Comissão — Chefes de Divisão — Chefes de Serviços Autônomos — Tesoureiros auxiliares	F-2
IV — Chefes dos Gabinetes das Lideranças e das 3.ª e 4.ª Secretarias — Oficiais de Gabinetes — Chefe de Gabinete da Diretoria Geral	F-3
V — Auxiliares de Gabinetes — Chefes de Seção — Auxiliares da Assistência Técnica à Mesa — Administrador Geral	F-4
VI — Motoristas de Gabinete	F-5
VII — Auxiliares dos Serviços Gerais da Mordomia	F-6
VIII — Auxiliares de Plenário e da Portaria	F-7

## ANEXO V

## TABELA DE VENCIMENTOS DE CARGOS EFETIVOS

Nível	Valor
9	PL-1 Cr\$ 170,80
2	PL-2 Cr\$ 192,80
2	PL-3 Cr\$ 480,00
2	PL-4 Cr\$ 187,20
1	PL-5 Cr\$ 194,40
1	PL-6 Cr\$ 201,60
1	PL-7 Cr\$ 208,80
1	PL-8 Cr\$ 216,00
1	PL-9 Cr\$ 223,20
5	PL-10 Cr\$ 230,40
5	PL-11 Cr\$ 237,60

PL-12	Cr\$ 273,60
PL-13	Cr\$ 302,40
PL-14	Cr\$ 331,20
PL-15	Cr\$ 374,40
PL-16	Cr\$ 417,60
PL-17	Cr\$ 468,00
PL-18	Cr\$ 518,40
PL-19	Cr\$ 568,80
PL-20	Cr\$ 619,20
PL-21	Cr\$ 669,60
PL-22	Cr\$ 720,00
PL-23	Cr\$ 770,40
PL-24	Cr\$ 820,80
PL-25	Cr\$ 871,20
PL-26	Cr\$ 921,60
PL-27	Cr\$ 972,00
PL-28	Cr\$ 1.022,40
PL-29	Cr\$ 1.072,80
PL-30	Cr\$ 1.123,20

**PROJETO DE LEI N.º 97-70**

A Assembléia Legislativa do Estado

**DECRETA:**

Art. 1.º — O Quadro Próprio do Corpo Instrutivo do Tribunal de Contas passa a ser regido pelo disposto nesta lei e composto de:

- I — Parte Permanente;
- II — Parte Suplementar.

**DOS CARGOS**

Art. 2.º — Os cargos da Parte Permanente são os efetivos integrantes do Anexo I, estruturados em Séries de Classes, e os de provimento em Comissão, aqueles que integram o Anexo II.

Parágrafo Único — Os cargos de Técnico Orçamentarista serão providos por portadores de diploma fornecidos por escolas ou cursos reconhecidos pelo Governo Federal.

Art. 3.º — Os cargos da Parte Suplementar são os integrantes do Anexo III.

§ 1.º — Os cargos isolados de provimento efetivo de Secretário Geral, Diretor e Tesoureiro, constante do Anexo III, passarão a ser em comissão, ao vagarem.

§ 2.º — Os demais cargos constantes do Anexo mencionado neste artigo, extinguem-se, ao vagarem.

**DOS VENCIMENTOS**

Art. 4.º — Os vencimentos básicos do Quadro Próprio do Corpo Instrutivo, do Tribunal de Contas, são os constantes da Tabela "a" do Anexo IV, desta Lei.

**DO ACESSO**

Art. 5.º — O acesso é a elevação do ocupante do nível final de Séries de Classes ao nível inicial de Séries em Classes afins, de atribuições correlatas, porém mais complexas, maior grau de responsabilidade e vencimentos superiores.

Parágrafo Único — O acesso, nas vagas iniciais das diferentes Séries de Classes, proceder-se-á através de Portaria da Presidência, obedecido o critério alternado de antiguidade e merecimento, à razão de 50% (cincoenta por cento), para uma e para outra vaga.

Art. 6.º — Merecimento, para o efeito de acesso, é a demonstração positiva pelo funcionário, durante sua permanência na Classe, de pontualidade e assiduidade, capacidade e eficiência, espírito de colaboração e ética profissional, julgada pela Presidência.

Art. 7.º — Para cada vaga reservada ao acesso, por antiguidade, será indicado um único funcionário para o respectivo preenchimento, e, no caso de vaga a ser provida por merecimento, a indicação será feita em lista triplíce, ouvido o Conselho Superior do Tribunal de Contas.

Art. 8.º — A critério do Presidente poderão ser feitas nomeações para qualquer cargo inicial das diferentes Séries de Classes, de candidatos habilitados em concurso, desde que somente recaiam em vagas a serem providas pelo critério de merecimento.

Art. 9.º — O funcionário elevado por acesso passará a integrar a nova Classe, a partir da data da publicação do respectivo ato.

Art. 10.º — O interstício para o acesso será de 2 (dois) anos de efetivo exercício na Classe, podendo ser reduzido a 1 (hum) ano, quando não houver funcionário que conte aquele tempo.

Art. 11.º — Não poderá ser elevado por acesso o funcionário que, durante o semestre anterior aquele que corresponder a elevação, sofrer pela disciplina.

Art. 12.º — A Secretaria Geral fará publicar no Diário Oficial do Estado, previamente, os nomes dos candidatos à elevação por acesso.

Parágrafo Único — O funcionário que se julgar preterido poderá impetrar recurso à Presidência do Tribunal de Contas no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados da respectiva publicação.

**DA PROMOÇÃO**

Art. 13.º — Promoção é a elevação do funcionário ao nível imediatamente superior àquele a que pertence, na respectiva Série de Classes.

Art. 14.º — As promoções obedecerão o critério de antiguidade de Classe e o de merecimento, alternadamente, e se processarão de nível para nível, dentro da mesma Série de Classes.

Parágrafo Único — O critério, a que obedecer a promoção, deverá ser expresso na portaria respectiva.

Art. 15.º — A apuração do merecimento far-se-á na forma estatuída para o acesso e disposta pelo artigo 6.º desta Lei.

**DA TRANSFERÊNCIA**

Art. 16.º — Transferência é o ato de provimento, mediante o qual se processa, "ex-officio" ou a pedido, a movimentação de funcionário de um para outro cargo de igual nível.

Art. 17.º — É vedada a transferência para cargo de vencimento básico diferente.

**DO ENQUADRAMENTO**

Art. 18.º — O enquadramento das atuais Séries de Classes com os respectivos ocupantes, na sistemática ora instituída, se processará através de Portaria da Presidência do Tribunal de Contas, com o aproveitamento dos atuais funcionários do Quadro Próprio do Tribunal, que preencham os requisitos desta Lei.

**DO SERVIÇO TÉCNICO CIENTÍFICO**

Art. 19.º — As Séries de Classes, para cujo provimento é exigida a apresentação de diploma de curso universitário, ficam escalonadas entre os níveis TC-26 e TC-30, obedecida, nessa amplitude, a duração dos respectivos cursos.

Art. 20.º — Ficam enquadrados nos níveis TC-27 a TC-29 as Séries de Classes de nível universitário, cujo currículo seja de 4 (quatro) anos.

Art. 21.º — Ficam enquadrados nos níveis TC-28 a TC-30 as Séries de Classes de nível universitário, cujo currículo seja de 5 (cinco) anos ou mais.

**DISPOSIÇÕES ESPECIAIS**

Art. 22.º — O Anexo III, desta lei, compreende a Parte Suplementar, que é constituída de cargos isolados, de provimento efetivo de carreira.

Parágrafo Único — Os níveis dos cargos da atual carreira de Auxiliar Técnico, privativa de portadores de curso universitário, constante do Anexo III — Parte Suplementar, a serem extintos ao vagarem, passarão a ser respectivamente, ao invés de TC-20, TC-21 e TC-22, TC-26, TC-27 e TC-28.

Art. 23.º — Sempre que majorados os valores constantes da Tabela de vencimentos do Quadro de Pessoal, Parte Permanente, serão reajustados "ex-officio" por Portaria da Presidência e na mesma base percentual, os vencimentos dos funcionários a que se refere o Anexo III.

Art. 24.º — Os servidores inativos, do Tribunal de Contas, terão seus proventos reajustados "ex-officio", observada a correspondência fixada para o respectivo cargo, em igualdade de condições ao pessoal em atividade.

**DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 25.º — A Presidência fará instituir, quando julgar necessário, curso intensivo de aperfeiçoamento administrativo, para fins de futuras readaptações de funcionários ou que os habilitem a desempenhar com eficiência as atribuições inerentes aos cargos ou funções que exercem.

Art. 26.º — Os valores dos cargos em Comissão e das funções gratificadas atribuídas a funcionários do Quadro Próprio do Corpo Instrutivo do Tribunal de Contas, passarão a ser os do Anexo IV, letras "b" e "c".

Parágrafo Único — Os símbolos das gratificações de funções, para o Quadro Próprio do Corpo Instrutivo do Tribunal de Contas, ficam assim distribuídos:

1 — Secretário Geral	Símbolo F-1
7 — Diretor	Símbolo F-3
7 — Assistente Jurídico	Símbolo F-3
10 — Chefes de Gabinete	Símbolo F-3
1 — Secretário do Presidente	Símbolo F-4
1 — Tesoureiro	Símbolo F-4
29 — Chefe de Serviço	Símbolo F-5
2 — Oficial de Gabinete	Símbolo F-5
9 — Auxiliar de Gabinete	Símbolo F-7

Art. 27.º — A gratificação de representação prevista no artigo 123, inciso VI, alínea "h", da Lei n.º 293, de 24 de novembro de 1949, na forma do disposto pelo Decreto n.º 6.153 de 21 de julho de 1967, fica estendida, no que for aplicável, aos Servidores do Quadro Próprio do Corpo Instrutivo do Tribunal de Contas, em efetivo exercício nos Gabinetes da Presidência, Vice-Presidência, Corregedoria, Conselheiros, Auditores, Procuradoria Fazenda e Secretaria Geral.

Parágrafo Único — Os valores das gratificações de que trata este artigo, são, os seguintes:

Secretário Geral	Cr\$ 400,00
Diretor	Cr\$ 300,00
Chefe de Gabinete	Cr\$ 300,00
Assistente Jurídico	Cr\$ 250,00
Assistente Técnico da Presidência	Cr\$ 250,00
Tesoureiro	Cr\$ 250,00
Oficial de Gabinete	Cr\$ 150,00
Auxiliar de Gabinete	Cr\$ 100,00

Art. 28.º — Ficam criados no Quadro Próprio do Corpo Instrutivo do Tribunal de Contas, os cargos discriminados no Anexo VI, bem como 1 (uma) "Diretoria de Contas Municipais", 1 (hum) "Serviço de Ementário" sob a direção de 1 (hum) "Assistente Jurídico" IAC.

Art. 29.º — Os cargos isolados de provimento em comissão, constantes do Anexo V, passam a integrar o Anexo II desta Lei.

Art. 30.º — As despesas com a execução da presente Lei, correrão à conta da dotação orçamentária própria, consignada no Orçamento Geral do Estado, ao Tribunal de Contas do Paraná.

Art. 31.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

as) Ivo Thomazoni — Presidente

Roberto Galvani — Relator

**ANEXO I**

**QUADRO PRÓPRIO DO CORPO INSTRUTIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ**

PARTE PERMANENTE		CARGOS EFETIVOS	
N.º de Cargos	Séries de Classes	Nível	
14	Oficial de Instrução	TC.	— 23
21	Oficial de Instrução	TC.	— 22
30	Oficial de Instrução	TC.	— 21
12	Auxiliar de Instrução	TC.	— 20
29	Auxiliar de Instrução	TC.	— 19



55	Auxiliar de Instrução	TC - 18
05	Técnico de Mecanização	TC - 19
07	Técnico de Mecanização	TC - 18
08	Técnico de Mecanização	TC - 17
12	Técnico de Mecanização	TC - 16
32		
02	Motorista	TC - 18
05	Motorista	TC - 17
08	Motorista	TC - 16
15		
05	Datilógrafo	TC - 16
08	Datilógrafo	TC - 15
12	Datilógrafo	TC - 14
15	Datilógrafo	TC - 13
02	Arquivista	TC - 13
03	Arquivista	TC - 12
05		
01	Telefonista	TC - 10
03	Telefonista	TC - 09
04		

## ANEXO - LA

## PARTE PERMANENTE CARGOS EFETIVOS

N.º de Cargos	Séries de Classes	Nível
07	Assessor Jurídico	TC - 30
09	Assessor Jurídico	TC - 29
11	Assessor Jurídico	TC - 28
27		
02	Engenheiro	TC - 30
02	Engenheiro	TC - 29
04		
01	Médico	TC - 30
01	Médico	TC - 29
02		
02	Economista	TC - 29
05	Economista	TC - 28
08	Economista	TC - 27
15		
05	Contador	TC - 29
10	Contador	TC - 28
20	Contador	TC - 27
35		

## ANEXO - I-B

## PARTE PERMANENTE CARGOS EFETIVOS

N.º de Cargos	Séries de Classes	Nível
02	Técnico Orçamentarista	TC - 25
03	Técnico Orçamentarista	TC - 24
04	Técnico Orçamentarista	TC - 23
09		
02	Taquigrafo	TC - 25
04	Taquigrafo	TC - 24
06		

## ANEXO - II

## PARTE PERMANENTE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

N.º de Cargos	Denominação	Símbolo
03	Diretor	1 - C.
08	Assistente Jurídico	1 - C.
08	Auxiliar de Gabinete	9 - C.
06	Chefe de Gabinete	2 - C.
03	Chefe de Gabinete	3 - C.
01	Auxiliar de Gabinete do Secretário Geral	10 - C.
01	Auxiliar de Gabinete da Procuradoria da Faz.	10 - C.
30		

## ANEXO - III

## QUADRO PROPRIO DO CORPO INSTRUTIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

## PARTE SUPLEMENTAR - CARGOS ISOLADOS DE PROVIMENTO EFETIVO

N.º de Cargos	Denominação	Nível
01	Secretário Geral	
04	Diretor	
07	Assessor Técnico	
02	Assistente Técnico da Presidência	
01	Tesoureiro	
01	Auxiliar de Tesoureiro	TC - 19
01	Secretário do Presidente	TC - 19
05	Delegado	TC - 19
05	Assistente de Delegado	TC - 19
02	Bibliotecário	TC - 19
03	Taquigrafo Redator	TC - 19
02	Arquivista	TC - 19
04	Motorista	TC - 15
01	Almoxarife	TC - 15
01	Auxiliar de Manutenção	TC - 12
02	Telefonista	TC - 11
01	Mordomo	TC - 11
43		

## ANEXO - III

## QUADRO PROPRIO DO CORPO INSTRUTIVO DO TRIBUNAL

## DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

## PARTE SUPLEMENTAR

N.º de	Séries de Classes	Nível
05	Auxiliar Técnico	TC - 22.NS
07	Auxiliar Técnico	TC - 21.NS
09	Auxiliar Técnico	TC - 20.NS
02	Contador	TC - 22.NS
04	Contador	TC - 21.NS
06	Contador	TC - 20.NS
05	Oficial Instrutivo	TC - 19-C
07	Oficial Instrutivo	TC - 19-B
07	Oficial Instrutivo	TC - 19-A
08	Oficial Revisor	TC - 19.C
10	Oficial Revisor	TC - 19.B
13	Oficial Revisor	TC - 19.A
11	Auxiliar de Instrução	TC - 18
15	Auxiliar de Instrução	TC - 17
20	Auxiliar de Instrução	TC - 16
07	Datilógrafo	TC - 15
09	Datilógrafo	TC - 14
11	Datilógrafo	TC - 13
14	Datilógrafo	TC - 12
01	Servente	TC - 11
03	Servente	TC - 10
04	Servente	TC - 09
178		

## ANEXO - IV

## VENCIMENTOS

## a) - TABELA DE CARGOS EFETIVOS

Nível	Valor
1	Cr\$ 170,80
2	Cr\$ 172,80
3	Cr\$ 180,00
4	Cr\$ 187,20
5	Cr\$ 194,40
6	Cr\$ 201,60
7	Cr\$ 208,80
8	Cr\$ 216,00
9	Cr\$ 223,20
10	Cr\$ 230,40
11	Cr\$ 237,60
12	Cr\$ 244,80
13	Cr\$ 252,00
14	Cr\$ 259,20
15	Cr\$ 266,40
16	Cr\$ 273,60
17	Cr\$ 280,80
18	Cr\$ 288,00
19	Cr\$ 295,20
20	Cr\$ 302,40
21	Cr\$ 309,60
22	Cr\$ 316,80
23	Cr\$ 324,00
24	Cr\$ 331,20
25	Cr\$ 338,40
26	Cr\$ 345,60
27	Cr\$ 352,80
28	Cr\$ 360,00
29	Cr\$ 367,20
30	Cr\$ 374,40

ANEXO — IV  
b) — TABELA DE CARGOS EM COMISSÃO

Símbolo	Valor
1 — C	Cr\$ 1.250,00
2 — C	Cr\$ 1.150,00
3 — C	Cr\$ 1.058,00
4 — C	Cr\$ 973,36
5 — C	Cr\$ 895,49
6 — C	Cr\$ 823,86
7 — C	Cr\$ 757,95
8 — C	Cr\$ 697,32
9 — C	Cr\$ 641,54
10 — C	Cr\$ 590,22
11 — C	Cr\$ 543,00
12 — C	Cr\$ 499,56
13 — C	Cr\$ 459,60
14 — C	Cr\$ 422,84
15 — C	Cr\$ 389,10

c) — TABELA DE FUNÇÕES GRATIFICADAS

Símbolo	Valor
F — 1	Cr\$ 200,00
F — 2	Cr\$ 170,00
F — 3	Cr\$ 150,00
F — 4	Cr\$ 120,00
F — 5	Cr\$ 110,00
F — 6	Cr\$ 90,00
F — 7	Cr\$ 70,00
F — 8	Cr\$ 60,00
F — 9	Cr\$ 50,00
F — 10	Cr\$ 40,00

ANEXO — V

QUADRO PRÓPRIO DO CORPO INSTRUTIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

PERMANENTE

CARGOS EM COMISSÃO

N.º de Cargos	Denominação	Símbolo
01	Chefe de Gabinete	1 — C
01	Oficial de Gabinete da Presidência	2 — C
01	Oficial de Gabinete da Presidência	3 — C

ANEXO — IV

QUADRO PRÓPRIO DO CORPO INSTRUTIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

CRIA CARGOS

CARGOS EM COMISSÃO

N.º de Cargos	Denominação	Símbolo
01	Diretor	1 — C
08	Assistente Jurídico	1 — C
06	Chefe de Gabinete	2 — C
03	Chefe de Gabinete	3 — C
08	Auxiliar de Gabinete	9 — C
01	Auxiliar de Gabinete da Secretaria	10 — C
01	Auxiliar de Gabinete da Procuradoria da Paz	10 — C

CRIA CARGOS

CARGOS EFETIVOS

N.º de Cargos	Séries de Classes	Nível
14	Oficial de Instrução	TC — 23
21	Oficial de Instrução	TC — 22
30	Oficial de Instrução	TC — 21
65		
12	Auxiliar de Instrução	TC — 20
20	Auxiliar de Instrução	TC — 19
23	Auxiliar de Instrução	TC — 18
55		

ANEXO — VI

QUADRO PRÓPRIO DO CORPO INSTRUTIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

CRIA CARGOS

CARGOS EFETIVOS

N.º de Cargos	Séries de Classes	Nível
05	Técnico de Mecanização	TC — 19
07	Técnico de Mecanização	TC — 18
08	Técnico de Mecanização	TC — 17
12	Técnico de Mecanização	TC — 16
32		
02	Motorista	TC — 18
05	Motorista	TC — 17

08	Motorista	TC — 16
15		
05	Datilógrafo	TC — 16
08	Datilógrafo	TC — 15
12	Datilógrafo	TC — 14
15	Datilógrafo	TC — 13
40		
02	Arquivista	TC — 13
03	Arquivista	TC — 12
01	Telefonista	TC — 10
03	Telefonista	TC — 09
07	Assessor Jurídico	TC — 08
09	Assessor Jurídico	TC — 29
11	Assessor Jurídico	TC — 28
27		

ANEXO — VI

QUADRO PRÓPRIO DO CORPO INSTRUTIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

CRIA CARGOS

CARGOS EFETIVOS

N.º de Cargos	Séries de Classes	Nível
02	Engenheiro	TC — 30
02	Engenheiro	TC — 29
04		
01	Médico	TC — 30
01	Médico	TC — 29
02		
02	Economista	TC — 28
05	Economista	TC — 28
08	Economista	TC — 27
15		
05	Contador	TC — 29
10	Contador	TC — 28
20	Contador	TC — 27
35		
02	Técnico Orçamentista	TC — 25
03	Técnico Orçamentista	TC — 24
04	Técnico Orçamentista	TC — 23
09		
02	Taquigrafo	TC — 25
04	Taquigrafo	TC — 24
06		
01	Redator	TC — 26
02	Redator	TC — 25
03		

COMISSÃO DE REDAÇÃO

ATA DA 13.ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos trinta dias do mês de junho de hum mil e novecentos e setenta, sob a presidência do Deputado Ivo Thomazoni, presentes todos os seus membros, reuniu-se na Sala das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado, a Comissão de Redação Final. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, onde o Deputado Roberto Galvani apresentou redação final dos seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 383-68, de autoria do Deputado Antonio Lopes Junior, declarando de utilidade pública a Comunidade das Filhas de São Paulo, nesta Capital. PROJETO DE LEI N.º 229-69, de autoria do Deputado Ivo Thomazoni, autorizando o Poder Executivo a doar à Usina São Pedro Ltda., estabelecida no Distrito de Bom Sucesso, município de Pato Branco, um Gerador Marca Elliott, como específica. PROJETO DE LEI N.º 404-67, de autoria do Deputado Francisco Escorsin, criando uma Escola Normal de Grau Colegial, no município de Floresta. PROJETO DE LEI N.º 428-68, de autoria do Deputado Ovidio Franzoni, dando novas divisões ao município de Nova Olimpia. PROJETO DE LEI N.º 96-70, de autoria do Deputado Ivo Thomazoni, do Governo do Estado, que, em Mensagem n.º 15.70, encaminhara antepleto de lei que fixa em Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros) os vencimentos de Secretários de Estado, dos Chefes da Casa Civil e Militar do Gabinete do Governador e do Consultor Geral do Estado. PROJETO DE LEI N.º 42-69, de autoria do Deputado Luiz Renato Malucelli, autorizando o Poder Executivo a declarar de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Sertãozinho. PROJETO DE LEI N.º 231-68, de autoria do Deputado Paulo Camargo, declarando de utilidade pública a Pia Sociedade das Filhas de São Paulo, filial de Curitiba. PROJETO DE LEI N.º 185-69, de autoria do Deputado Jorge Satto, autorizando o Poder Executivo a criar na sede do município de Paranapoema, um estabelecimento de ensino ginásial, com a denominação de "Ginásio Estadual D. Pedro II", para funcionar inicialmente no edifício do Grupo Escolar, a partir do próximo ano letivo. Aprovados, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos, de cuja sessão



eu, Antonio Lacerda Braga Neto, Secretário, para constar, lavrei a presente Ata que, uma vez lida e achada conforme, vai por mim e pelo Senhor Presidente assinada, para que produza os efeitos de Lei.

(aa) Ivo Tomazoni — Presidente e  
Antonio Lacerda Braga Neto — Secretário

#### PROJETO DE LEI N.º 229.69

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná,

**D E C R E T A :**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Usina São Pedro Ltda., estabelecida no Distrito de Bom Sucesso, município de Fato Branco, o Gerador marca "Elliott" de 375 K.V.A. — 80 P.F. — 300 Kilowatts — 400 Volts — 3 Phases — 50 Cycles — 542 Amperes por terminal — 600 R.P.M. — 125 Volts;

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em  
(aa) Ivo Tomazoni — Presidente  
Roberto Galvani — Relator

#### PROJETO DE LEI N.º 428.68

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná,

**D E C R E T A :**

Art. 1.º — O município de Nova Olímpia, passa a ter as seguinte divisas: "Inicia na Barra do Rio Capricórnio, com Tapiracui, descendo por este até encontrar as terras da Fazenda Mineira, prosseguindo por linha seca e reta até o 2.º marco do Lote de n.º 22 da Fazenda Paulistinha, seguindo em linha reta até a nascente do Rio Água Raza, descendo pelo mesmo até o Rio das Antas, subindo pelo mesmo até a cabeceira do Rio São Domingos, continuando por linha reta e seca até encontrar o Rio Capricórnio, ponto de partida.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em  
(aa) Ivo Tomazoni — Presidente  
Roberto Galvani — Relator

#### PROJETO DE LEI N.º 185.69

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná,

**D E C R E T A :**

Artigo 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, na sede do município de Paranapoema, um estabelecimento de ensino ginasial, com a denominação de "Ginásio Estadual D. Pedro II", para funcionar, inicialmente, no edifício do Grupo Escolar, a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em  
(aa) Ivo Tomazoni — Presidente  
Roberto Galvani — Relator

#### PROJETO DE LEI N.º 42.69

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná,

**D E C R E T A :**

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a 'Associação de Pais e Amigos de Excepcionais de Sertãoópolis', da cidade de Sertãoópolis.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em  
(aa) Ivo Tomazoni — Presidente  
Roberto Galvani — Relator

#### PROJETO DE LEI N.º 333-68

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná,

**D E C R E T A :**

Artigo 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Comunidade Evangélica de Curitiba, sediada nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em  
(aa) Ivo Tomazoni — Presidente  
Roberto Galvani — Relator

#### PROJETO DE LEI N.º 404.67

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná,

**D E C R E T A :**

Artigo 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, na sede do município de Floresta, uma escola normal de grau colegial, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em  
(aa) Ivo Tomazoni — Presidente  
Roberto Galvani — Relator

#### PROJETO DE LEI N.º 234.69

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná,

**D E C R E T A :**

Artigo 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Pia Sociedade Filhas de São Paulo, filial de Curitiba.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em  
(aa) Ivo Tomazoni — Presidente  
Roberto Galvani — Relator